

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2002

Senhores Acionistas,

A Administração da CESP - Companhia Energética de São Paulo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete a apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2002.

A CESP encerrou o ano contando com 6 usinas hidrelétricas, 56 unidades geradoras com 7.346 MW de potência total instalada e 4.038 MW médios de energia assegurada, mantendo-se como a terceira maior geradora do país e da América Latina, sendo responsável por 58% da energia elétrica gerada no Estado de São Paulo.

O ano de 2002 foi marcado pelo término do racionamento, sendo que, durante este período, foi verificada uma economia de 26 milhões de MWh. Os elevados níveis pluviométricos que se seguiram no ano e, conseqüentemente, as boas condições hidrológicas apresentadas, dão-nos tranquilidade em relação à normalidade das operações de produção hidrelétrica. Assim, já em 2002, as usinas da CESP, operadas centralizadamente sob despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, retomaram sua produção normal.

Deve-se à população, e com destaque à população do Estado de São Paulo, o sucesso do resultado do racionamento. Sem sua grande colaboração, teríamos chegado já em setembro de 2001 com reservatórios a zero. Entretanto, as mudanças nos hábitos de consumo e o comportamento da economia brasileira mantiveram baixos, em 2002, os níveis de consumo de energia no país, com ligeiro crescimento de cerca de 2,6% em relação a 2001, mas inferiores a 2000 em cerca de 5,3%.

Este comportamento do mercado refletiu-se nos leilões de energia realizados ao final do ano, como parte do processo de liberação gradual dos Contratos Iniciais, onde só uma pequena parte da energia liberada no país alcançou compradores, sendo que a CESP passou a redirecionar seus esforços na comercialização direta com consumidores finais.

Sob o ponto de vista econômico-financeiro, a Companhia vem melhorando sua geração de caixa e superou de maneira eficaz as conseqüências do racionamento, conforme pode ser visto nas suas Demonstrações Financeiras, ora apresentadas. No entanto, estas Demonstrações foram significativamente afetadas pela desvalorização do real perante outras moedas, com reflexos sobre o montante de seu endividamento concentrado em moeda estrangeira, o que resultou em forte prejuízo.

Ao colocar em operação comercial mais duas unidades geradoras da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) - a 14ª e última unidade está prevista para entrar em operação em meados de 2003 - a CESP melhora a confiabilidade do seu sistema elétrico, dá cumprimento ao seu cronograma de obras e persegue o objetivo de concluir a curto prazo o programa de investimentos com o qual está comprometida.

Mauro Guilherme Jardim Arce
Presidente do Conselho de Administração

O SETOR ELÉTRICO

O racionamento, iniciado em 1º de junho de 2001 e encerrado em 28 de fevereiro de 2002, embora tenha obtido pleno sucesso no objetivo de evitar um colapso energético, causou retração no mercado de energia elétrica, que perdurou durante o ano inteiro, originando volumes de recompra pelas geradoras, da energia vendida às distribuidoras, com acréscimo nas despesas operacionais, procedimento este previsto pelas Regras de Mercado aplicáveis ao Mercado Atacadista de Energia.

Os efeitos decorrentes de interpretações contratuais divergentes entre as concessionárias geradoras e distribuidoras, sobre o tratamento a ser dado às energias comercializadas no período de racionamento, conduziram os agentes à celebração do Acordo Geral do Setor Elétrico, ao final de 2001, em negociações coordenadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, posteriormente transformado na Medida Provisória nº 14 e convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A referida Lei nº 10.438 estabeleceu, entre outros, a obrigatoriedade de as empresas geradoras sob controle federal venderem sua energia liberada dos Contratos Iniciais em leilão e da obrigatoriedade das geradoras sob controle acionário dos Estados venderem essa energia através de processo que garanta publicidade, transparência e igualdade.

O leilão de venda da energia das geradoras federais, efetuado em setembro, comercializou 33,3% do total de energia colocada à venda. Esta reduzida procura pela energia disponibilizada para a venda também foi observada em ofertas efetuadas por outras geradoras, dentre as quais o Leilão de Venda realizado pela CESP na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F em dezembro, sem sucesso.

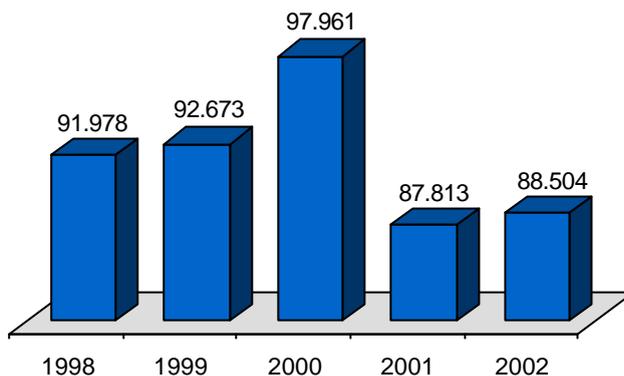
O Mercado Atacadista de Energia - MAE, teve seu formato alterado para uma pessoa jurídica de direito privado, submetida à regulamentação e fiscalização da ANEEL e, em dezembro, realizou a liquidação de 50% dos valores contabilizados referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ficando acordado que os 50% restantes serão liquidados após auditoria a ser realizada nos resultados e nas regras utilizadas no seu cálculo.

Os esforços da CESP no sentido de acrescentar energia nova ao sistema na fase crítica fizeram com que o resultado da contabilização do período de setembro de 2000 a setembro de 2002, incluindo o racionamento, fosse fortemente amenizado, com resultado financeiro favorável à CESP (Nota 5).

A CESP E SEU MERCADO EM 2002

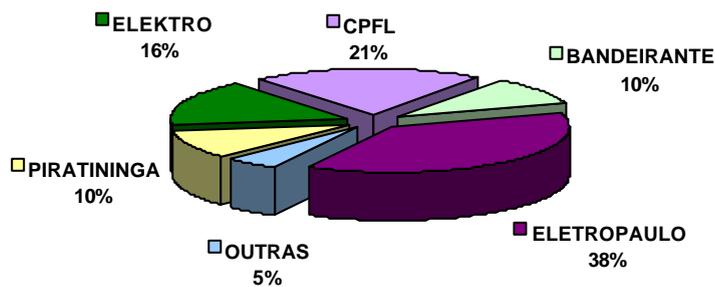
Após o racionamento de energia elétrica que caracterizou o ano de 2001 e início de 2002, o consumo no Estado de São Paulo encerrou o ano registrando 88.504 GWh, apresentando um decréscimo de 9,6% se comparado a 2000, já que 2001 reflete mais fortemente os efeitos do racionamento.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO (GWh)



O gráfico a seguir demonstra a participação relativa de cada empresa nas receitas de suprimento de energia da CESP, cujos principais clientes, Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S/A; CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz; Bandeirante - Bandeirante Energia S/A; Elektro - Eletricidade e Serviços S/A e Companhia Piratininga de Força e Luz, atuam, preponderantemente, no mercado de energia do Estado de São Paulo:

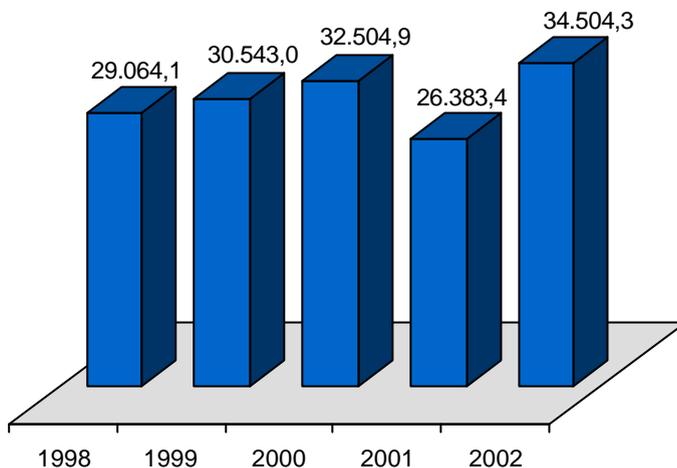
PRINCIPAIS CONCESSIONÁRIAS SUPRIDAS PELA CESP (R\$)



Conforme previsto na legislação e refletido nos Contratos Iniciais, os volumes de energia vendidos em 2002 foram similares aos de 2001, aplicando-se os procedimentos de Recompra estabelecidos pelas Regras de Mercado, do Mercado Atacadista de Energia, com os ajustes de preço consensados no Acordo Geral do Setor Elétrico.

A necessidade de administrar os níveis dos reservatórios a partir de junho de 2001 estendeu-se até janeiro e fevereiro de 2002. Com o reestabelecimento de condições pluviométricas e hidrológicas favoráveis, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS regularizou a produção de energia elétrica de origem hidráulica, ficando a produção total da CESP em 2002 em 34.504,3 GWh.

PRODUÇÃO TOTAL DA CESP (GWh)



A CESP, foi responsável por 58% da energia gerada no Estado de São Paulo, sendo a produção de 2002 superior em 6,15% a de 2000, ano sem efeitos de racionamento.

PRODUÇÃO DA CESP POR USINA (GWh)

Usinas	2000	2001	2002
<i>Ilha Solteira</i>	16.368,9	11.390,5	14.202,6
<i>Três Irmãos</i>	2.606,1	1.177,7	2.920,8
<i>Jupiá</i>	10.048,9	7.184,7	8.433,2
<i>Engenheiro Sérgio Motta</i>	3.029,1	6.174,1	8.585,4
<i>Paraibuna</i>	380,7	362,4	270,4
<i>Jaquari</i>	71,2	94,0	91,9
Total	32.504,9	26.383,4	34.504,3

O destaque entre as usinas da CESP fica por conta da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), com sua geração crescente ano a ano, resultado da sua motorização (3 turbinas em 1999, 5 em 2000, 3 em 2001 e 2 em 2002), representando cerca de 25% da energia gerada pela CESP em 2002.

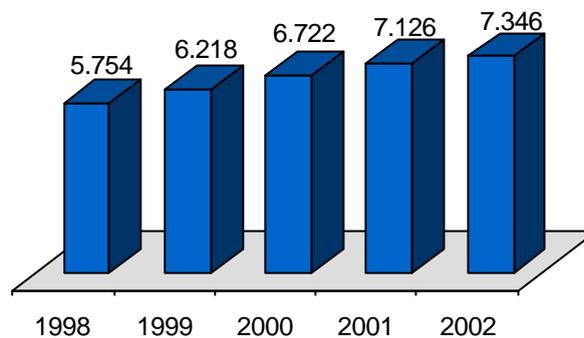
Ressalte-se que a CESP opera suas usinas obedecendo ao comando centralizado, a cargo do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

EXPANSÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

AUMENTO DA OFERTA DE ENERGIA

Em 2002, a Companhia colocou em operação comercial mais duas unidades geradoras da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera). As unidades geradoras 12 e 13, com 110 MW de potência cada uma, entraram em operação, respectivamente, em 30 de janeiro, com antecedência de 90 dias em relação à data prevista e em 30 de outubro, no prazo previsto. Com as duas novas unidades, a potência instalada da Usina de Porto Primavera passou para 1.430 MW e a potência instalada da CESP alcançou 7.346 MW.

EVOLUÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA DA CESP (MW)



MELHORIAS NO SISTEMA

Para garantir a eficiência e confiabilidade de suas atividades, a CESP executou uma série de ações visando a melhoria de seu sistema elétrico.

Na Usina Jupiá foram realizados serviços de reforma e manutenção geral da unidade geradora 9; normalização da operação da unidade geradora 1, danificada em 2001, e retorno de operação da unidade geradora 5, após manutenção e reforma geral. As eclusas das usinas Três Irmãos e Jupiá passaram por manutenção programada bianual. Em setembro foi implantado o Sistema de Atendimento à Geração e Hidrologia (SAGH), que gerencia os dados de operação das usinas e os postos hidrológicos. O sistema disponibiliza dados como geração prevista e verificada, armazenamento dos reservatórios, vazões regularizadas e naturais. As informações são utilizadas para planejamento e programação hidroenergética, além de análise de operação.

OBRAS NO RESERVATÓRIO DE PORTO PRIMAVERA

Durante o ano, a CESP executou uma série de obras compensatórias e mitigatórias na área do reservatório de Porto Primavera. O Parque da Orla em Presidente Epitácio encontra-se em execução, sendo a previsão de conclusão para meados de 2003. O Parque do Povo, em Panorama, também está em execução, com área de 17 hectares, próximo à área central da cidade.

A estrada vicinal SP-074 foi pavimentada em 2002, cumprindo-se compromisso assumido com os municípios de Presidente Venceslau e Caiuá. A estrada tem 28,1 quilômetros de extensão, passando pelos municípios de Presidente Venceslau, Caiuá e Presidente Epitácio. A obra beneficia ainda o município de Panorama e moradores de agrovilas do reassentamento Lagoa São Paulo.

O tráfego sobre a usina foi liberado em 9 de agosto de 2002, permitindo a ligação rodoviária entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, pelas rodovias SP-613 e MS-276. Dos 38 quilômetros de extensão da estrada, um quilômetro fica sobre a barragem de concreto da Usina Porto Primavera e 10,5 quilômetros ficam sobre a barragem de terra. A via melhora as condições de escoamento da safra agrícola do Mato Grosso do Sul para São Paulo, norte do Paraná, Curitiba e para o porto de Paranaguá.

Foram realizadas diversas obras nos municípios afetados pela formação do reservatório de Porto Primavera, de natureza mitigatória (pontes, travessias, reassentamentos populacionais, proteção de encostas, relocação de estruturas, áreas de lazer etc.), e de natureza compensatória (estradas, escolas, centros comunitários e de convivência, matadouros, incubadoras industriais etc.).

Destacam-se as seguintes obras:

- execução de 42 vigas pré-moldadas da ponte sobre o rio Paraná, interligando Paulicéia - SP à Brasilândia - MS;
- edificações institucionais do reassentamento porto João André (posto de saúde, posto policial, creche e área para comércio);
- sistema de captação e tratamento de esgoto da Vila Jupia, Três Lagoas, MS;
- edificações institucionais (matadouro municipal em Bataguassu; incubadora industrial em Santa Rita do Pardo e Bataguassu, em MS);
- relocação dos portos fluviais de Panorama e Presidente Epitácio, SP.

APROVEITAMENTO MÚLTIPLO TRÊS IRMÃOS

Obras relacionadas com os instrumentos de compromissos celebrados com a prefeitura de Pereira Barreto e com o Ministério Público Estadual.

Das obras realizadas, salientam-se as seguintes:

- a) pavimentação de 10.680 metros da Estrada Vicinal Pereira Barreto x Mirandópolis (Bairro "km 11");
- b) construção de instalações nas estações elevatórias EE1 a EE5 (abrigo dos grupos geradores diesel, caixas de areia, partição, reaquecimento e alambrados), e colocação em operação dos grupos geradores;
- c) construção de linhas de recalque e redes de esgotos, drenagem da Lagoa Anaeróbia, totalizando 3.362 metros de extensão;
- d) substituição de manilhas de barro por tubulações de PVC na rede de esgotos da cidade, com extensão de 2.370 metros.

ESTUDOS E PROJETOS

Destacam-se os seguintes:

- a) Projetos de PCH's - seleção de diversos empreendimentos de propriedade da CESP, já inventariados, por meio de análise de viabilidade técnica e econômica, com vistas à futura exploração, e permitindo a entrada dos documentos na ANEEL, para obtenção de concessão/autorização;
- b) Modelo de Apoio à Decisão Estratégica - conclusão do desenvolvimento do modelo, que tem por objetivo subsidiar decisões operacionais vinculadas a estratégias de valorização da Empresa, tais como: viabilização de empreendimentos de geração, renovação de Contratos Iniciais, estabelecimento de novos contratos de compra e venda de energia, propostas a consumidores livres e planejamento econômico-financeiro. O referido modelo está sendo utilizado na análise de venda de energia elétrica da CESP;

- c) Previsão de Carga e Mercado de Energia Elétrica no horizonte quinquenal e decenal, incluindo avaliação da demanda das distribuidoras clientes da CESP;
- d) Previsão e acompanhamento mensal do sistema energético com o objetivo de analisar mensalmente o comportamento do sistema, de forma a ilustrar as projeções do CMO, dos riscos de déficit, do mercado de energia total, e do balanço de energia assegurada e das previsões energéticas e financeiras da CESP, no período quinquenal;
- e) Determinação do rendimento médio operacional das turbinas das usinas da CESP (Jupiá e Porto Primavera);
- f) Determinação dos parâmetros operacionais utilizados no cálculo da energia assegurada da UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), estabelecendo base técnica para revisão dos valores na ANEEL.

MODERNIZAÇÃO EMPRESARIAL

QUALIDADE TOTAL

ISO 9000

As áreas certificadas com a ISO 9001 realizaram atividades para obter a migração de seus processos para a NBR ISO 9001:2000. As usinas hidrelétricas Paraibuna, Jaguari e Jupiá receberam em 2002 a certificação para seus processos de Geração de Energia Elétrica.

A CESP possui 7 processos certificados da norma NBR ISO 9000 sendo de Geração de Energia Elétrica nas usinas Ilha Solteira, Jupiá, Paraibuna e Jaguari, de Segurança de Barragens, de Treinamento e Desenvolvimento e o do Laboratório CESP de Engenharia Civil.

Em 2002, as áreas certificadas iniciaram um processo de atualização para a migração para a norma NBR ISO 9000 sendo que as UHEs Paraibuna, Jaguari e Jupiá já receberam certificação para seus processos de geração de energia elétrica e as demais áreas deverão estar recertificadas até o final de 2003.

ISO 14000

Dentro do processo de implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), teve início o sistema de coleta seletiva de lixo no edifício-sede, na Capital e na Usina Ilha Solteira. Foi realizado treinamento específico para os empregados envolvidos. Os dois sítios - capital e Ilha Solteira - são assessorados durante a implementação por meio de consultoria de entidade especializada, a qual também ministra treinamento aos auditores internos.

Em 2002, os sistemas em implantação no edifício Sede e na Usina Ilha Solteira foram auditados internamente e iniciaram a efetivação de ajustes e melhorias visando a certificação pela NBR ISO 14000 em 2003.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Durante o ano foram cumpridas várias etapas para implantação do Balanced Scorecard - BSC, com apresentação dos objetivos corporativos estratégicos da Companhia, reunidos no mapa estratégico composto por 14 objetivos estabelecidos para o cumprimento da missão da Empresa. O BSC é um sistema de gestão utilizado por empresas modernas em todo mundo, possibilitando a tradução de visão e das estratégias da empresa em objetivos estratégicos monitorados por indicadores de desempenho. Esses indicadores foram identificados por todas as áreas da empresa.

Neste ano, a primeira etapa do trabalho foi identificar os objetivos estratégicos por diretoria e gerência, através de entrevistas com o corpo gerencial. Na segunda etapa, os indicadores já estabelecidos por cada área foram associados aos objetivos identificados. A terceira etapa foi o alinhamento dos objetivos de cada área com os das demais áreas da empresa. Na quarta etapa, houve a consolidação desse alinhamento. O resultado final da consolidação é o mapa estratégico da empresa.

A visão definida pela diretoria é a busca da excelência na geração de energia. Os objetivos seguem o princípio de causa e efeito e são estruturados em cinco perspectivas: financeira e social; clientes; processo de geração; processos internos e aprendizado e crescimento. Todos os objetivos são importantes e não há uma relação de prioridade entre eles. O tema estratégico da CESP é a sua eficiência operacional.

PRÊMIOS RECEBIDOS

O Programa de Educação Ambiental da CESP recebeu em junho de 2002 o prêmio Top Social, concedido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB).

Em setembro de 2002, a CESP recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Troféu Transparência de Finalista, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade - ANEFAC, às empresas que publicaram os dez melhores balanços anuais do país, considerando abrangência e qualidade das informações divulgadas.

A Companhia teve ainda menção honrosa do Prêmio Fundação Coge, em novembro de 2002, com o trabalho Manejo Integrado de Plantas Aquáticas, um dos três finalistas na categoria Ações Ambientais.

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

MUDANÇA DE SEDE

Em fevereiro de 2002, com a conclusão da mudança da sede da empresa para o edifício Torre Beta, a CESP obteve economia de 70% nas despesas com aluguel e de 50% nas despesas condominiais. A operação das áreas comuns passou a ser exercida pela administradora do condomínio e, com isso, foi possível racionalizar os serviços de nossas equipes de manutenção, com foco nas instalações da CESP.

MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO GERENCIAL

As instalações que abrigavam os arquivos Técnico e Gerencial, estavam localizadas no município de Embú-Guaçu em imóvel de propriedade da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, e devido a diversos fatores surgiu a necessidade de remanejamento do mesmo para um outro local, de forma a atender novos interesses.

Assim sendo, após os devidos estudos optou-se pela contratação de serviços especializados em guarda e manipulação de arquivos, estando hoje o referido arquivo sob responsabilidade da Empresa Confiança e localizado bem mais próximo à sede da CESP, sendo que estão sendo agregados uma série de serviços complementares à atividade do arquivo Gerencial e Técnico.

FROTA DE VEÍCULOS

A frota própria da Companhia foi direcionada para atividades específicas ligadas às áreas de engenharia, geração, meio ambiente e administrativa. Com a nova gestão, a frota foi reduzida em 91 veículos, com redução nas despesas de manutenção e combustível.

PROJETO BAIXA PLATAFORMA

Em 2002 a CESP concluiu a execução do Projeto Baixa Plataforma, modernizando seu parque de informática em relação à migração de sistemas, dados e aplicativos, que passaram a rodar em plataforma baixa da Unix, com redução de custos de processamento e maior agilidade.

BALANÇO SOCIAL

1. Bases de Cálculo	2002			2001		
	R\$ Mil			R\$ Mil		
Receita Bruta (RB).....	2.026.339			2.274.529		
Resultado do Serviço (RS).....	907.876			614.773		
Folha de Pagamento Bruta (FPB).....	109.008			113.327		

2. Indicadores Laboriais	2002			2001		
	R\$ Mil	% sobre		R\$ Mil	% sobre	
		FPB	RS		FPB	RS
Encargos Sociais Compulsórios	23.426	21,5	2,6	24.538	21,7	4,0
Entidade de Previdência a Empregados	7.006	6,4	0,8	6.695	5,9	1,1
Alimentação.....	3.683	3,4	0,4	3.442	3,0	0,6
Saúde.....	5.346	4,9	0,6	3.500	3,1	0,6
Educação e Treinamento.....	833	0,8	0,1	651	0,6	0,1
Outros Benefícios.....	552	0,5	0,1	866	0,8	0,1
Total.....	40.846	37,5	4,6	39.692	35,1	6,5

3. Indicadores Sociais	2002			2001		
	R\$ Mil	% sobre		R\$ Mil	% sobre	
		RB	RS		RB	RS
Contribuições p/ a Sociedade/Investimentos em Cidadania.....	6.300	0,3	0,7	4.746	0,2	0,8
Investimentos em Meio Ambiente.....	13.942	0,7	1,5	14.136	0,6	2,3
Tributos e Contribuições (ICMS/COFINS/PIS).....	195.462	9,6	-	159.593	7,0	-
Total.....	215.704			178.475		

4. Indicadores do Corpo Funcional	2002	2001
	Número de Empregados	1.376

MEIO AMBIENTE

Em 2002, visando a conservação ambiental dos ecossistemas em toda a área de influência dos nossos empreendimentos e o atendimento de forma racional e ambientalmente eficaz das prerrogativas legais, vinculadas aos mesmos, foi dada continuidade aos diversos programas ambientais da Empresa, como os programas de manejo de fauna e flora, manejo pesqueiro, reassentamento populacional urbano e rural, continuidade das atividades econômicas, salvamento arqueológico, educação ambiental e estudos e controle de plantas aquáticas, assim como as atividades de monitoramento ambiental, relativas à estabilidade das encostas marginais, lençol freático e qualidade da água subterrânea, clima, sismologia, ictiofauna e recursos pesqueiros, dentre outras. O trabalho intitulado Manejo Integrado de Plantas Aquáticas na CESP foi, inclusive, classificado entre os três finalistas do prêmio da Fundação COGE, na categoria de Ações Ambientais.

Em função das ações desenvolvidas e do cumprimento dos seus compromissos ambientais, a CESP obteve as seguintes licenças, essenciais para a continuidade da atividade de produção de energia:

- renovação da Licença de Operação da obra principal da UHE Engenheiro Sérgio Motta (Licença de Operação nº 121/00, de 03/05/2002, válida até 03/05/2003)
- renovação da Licença de Instalação do Núcleo Urbano e Oleiro Nova Porto João André (Licença de Instalação nº 025/2002, de 15/10/2002, válida até 15/10/2003)
- renovação da Licença de Instalação do Sistema Viário da Margem Direita (Licença de Instalação nº 019/2002, de 16/09/2002, válida até 16/09/2003)
- renovação da Licença de Instalação da Travessia Brasilândia x Paulicéia – MS 040 (Licença de Instalação nº 026/2002, de 31/10/2002, válida até 31/10/2003)

Foram implantados 68,00 hectares de reflorestamentos com essências nativas e efetivados 66 contratos de Fomento Florestal, para área estimada de 69,13 hectares. Foram produzidas mais de 2 milhões de mudas de essências florestais nativas, 230 mil de eucaliptos e 359 aves silvestres nativas, parte de uma sistemática de ação ambiental integrada de conservação.

No Programa de Manejo Pesqueiro foram produzidos 2,9 milhões de alevinos de peixes que ocorrem nos nossos reservatórios e estão em plena atividade a escada para peixes da UHE Engenheiro Sérgio Motta, e o elevador para peixes, que juntos constituem um sistema inédito de transposição para peixes no Brasil.

O Programa de Formação, Recapacitação e Requalificação de Mão-de-Obra, que objetiva amenizar o quadro de falta de empregos e aumentar a renda das famílias impactadas foi ampliado pela CESP, com a formalização de Convênios com o Estado de São Paulo (Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho - SERT), e o de Mato Grosso do Sul (UNIPAR - Associação dos Municípios do Alto Paraná), que de 1998 até dezembro de 2002 beneficiou mais de 50 mil participantes de 22 municípios desses estados. Pelo Programa são oferecidos mais de 60 tipos de cursos e treinamentos diversos.

Os trabalhos para implantação do SGA - Sistema de Gerenciamento Ambiental prosseguiram em 2002, o que, juntamente com a "Política de Meio Ambiente" - já implantada - é mais um passo para a obtenção da certificação pela norma ISO 14001 e estabelecem um padrão de gerenciamento das atividades empresariais da CESP, que assegura que os princípios da conservação ambiental estejam presentes em todas as fases dos seus empreendimentos.

ATUAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA

INSTITUTO CRIANÇA CIDADÃ - ICC

A CESP é a principal mantenedora do Instituto Criança Cidadã - ICC, entidade sem fins lucrativos que desenvolve um trabalho educacional com quase 7,5 mil crianças e adolescentes que vivem na periferia dos municípios de São Paulo e Guarulhos. O ICC também desenvolve projetos de geração de renda direcionados às famílias desses jovens.

Como resultado de sua atuação socialmente responsável, a CESP é reconhecida como Empresa Amiga da Criança, pelo 8º ano consecutivo, sendo autorizada a usar o selo emitido pela Associação Abrinq.

INVESTIMENTO EM RECURSOS HUMANOS

TREINAMENTO PARA CHEFIAS BÁSICAS

A CESP realizou os módulos III e IV, com 34 turmas do Programa de Desenvolvimento de Chefiadas Básicas, com o objetivo de preparar cerca de 220 empregados que atuam como supervisores, para desempenhar eficazmente o papel de supervisão, visando o desenvolvimento de competências essenciais para o atendimento e superação dos resultados empresariais esperados pela organização; possibilitar a reflexão sobre a importância do seu papel no bom desempenho da empresa, vez que os resultados empresariais dependem do adequado aproveitamento da capacidade e do potencial das pessoas sob sua supervisão e promover a adoção de atitudes comportamentais sintonizadas ao atual contexto empresarial.

PROGRAMA MBA - GESTÃO DE EMPRESAS DE ENERGIA

Em setembro foi concluído o Programa MBA - Gestão de Empresas de Energia, do qual participaram 29 empregados.

O programa, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FINEP/USP, teve 496 horas/aula, com 24 disciplinas.

Foram abordados temas como Mercado de Renda Fixa e Variável, Comercialização de Energia, Gestão Financeira, Derivativos, Ética Empresarial, Análise de Cenários Econômicos e Auditoria.

TREINAMENTO À DISTÂNCIA

A CESP é a primeira empresa do setor elétrico a utilizar o sistema de treinamento à distância com info-tecnologias e recursos via rede, o que permite que as aulas sejam transmitidas de qualquer lugar da empresa e a qualquer hora. Os alunos têm a possibilidade de assisti-las no local de trabalho e no horário mais adequado. Em 2002 foram treinados, no primeiro curso, 12 operadores de usina.

PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS

A CESP concede bolsa de estudo para empregados que estudam em cursos pagos regulares de primeiro, segundo ou terceiro grau, desde que comprovem matrícula, frequência e aprovação nesses cursos durante o ano. O subsídio é parcial e o cálculo leva em conta o salário e o número de dependentes do empregado, o valor das mensalidades pagas e a prioridade do curso em relação às atividades desenvolvidas. Em 2002 foram concedidas 59 bolsas de estudos.

SISTEMA DE MEDICINA OCUPACIONAL E PREVENTIVA

A CESP desenvolveu e implantou sistema de banco de dados para registro dos dados de saúde dos empregados atendidos pela Medicina Ocupacional. O Sistema foi objeto de apresentação em seminário nacional do setor elétrico brasileiro.

Em 2002, foram adquiridas 1.400 doses de vacina antigripal, tendo-se procedido à vacinação dos empregados como ação de medicina preventiva e preservando a saúde do corpo funcional.

MERCADO DE CAPITAIS

Em abril de 2002, foi liberada a emissão pública de Debêntures Simples, no valor de R\$ 450 milhões, em operação coordenada pelo Banco ABC Brasil e, decidida em Reunião do Conselho de Administração, a oitava emissão pública de Certificados a Termo de Energia Elétrica (CTEE's), no montante de R\$ 250 milhões, coordenada pelo Banco Santander.

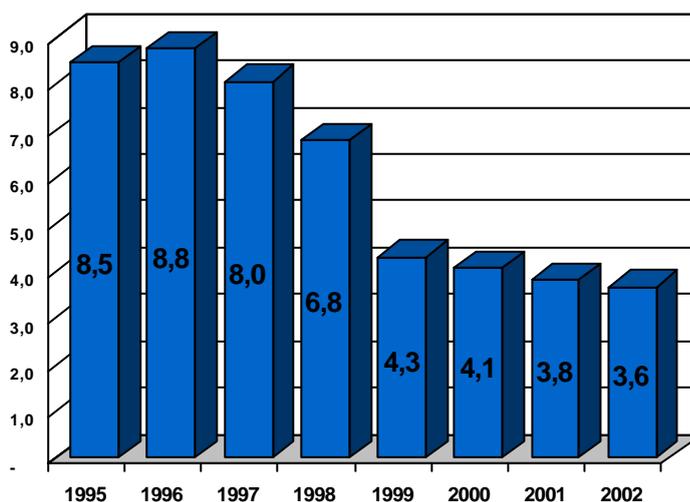
Ainda nesse mês, a CESP fez o lançamento de Bônus no mercado internacional, no valor de US\$ 150 milhões. A operação foi coordenada pelos bancos WestLB, alemão, e Finantia, português. Os recursos foram empregados no alongamento do perfil da dívida da Companhia.

Em junho foram quitados mais de 90% dos bônus de US\$ 300 milhões emitidos em 1997, referente aos portadores que exerceram seu direito de opção de venda.

Em julho, o Conselho de Administração aprovou a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, cumprindo Instrução nº 358/01, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em setembro, a CESP realizou operação de reestruturação de parte de sua dívida junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em razão disso, a STN liberou garantias depositadas em 1996, referentes ao Plano Brady, no valor de US\$ 174 milhões. Os recursos foram utilizados no equacionamento financeiro da Empresa para 2002 e quitaram compromissos com o Governo Federal, vencíveis até abril de 2003.

DÍVIDA FINANCEIRA (US\$ MILHÕES)



DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A Demonstração do Resultado do exercício de 2002 merece atenção na análise, principalmente no tocante às rubricas de energia de geradores livres e energia de curto prazo, que incluem receitas e despesas de energias referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2002, últimos meses do racionamento.

Necessário considerar que, conforme Nota Explicativa 5 das Demonstrações Financeiras, há reflexos no Ativo, Passivo e Demonstração de Resultado, decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

A Receita Operacional de 2002, desconsiderada a energia de geradores livres, alcança R\$ 2.005 milhões. Este valor contempla receitas de fornecimento e suprimento de energia, além de variações positivas no mercado de curto prazo, refletidas no fechamento processado pelo MAE, da ordem de R\$ 140 milhões.

Conforme pode ser verificado na Nota 26.2, as Receitas Operacionais de 2002, diretamente relacionadas aos Contratos de longo prazo firmados pela Companhia, alcançaram R\$ 1.736 milhões de suprimento a Distribuidores e R\$ 129 milhões de fornecimento a Consumidores, totalizando R\$ 1.865 milhões, que representam um crescimento de 9,6% sobre 2001 (excluída a exposição ao MAE), refletindo os reajustes tarifários homologados pela ANEEL.

As Despesas Operacionais de 2002 atingiram R\$ 953 milhões, com decréscimo de 36,4% em relação a 2001, já que o exercício anterior incluía mais intensamente o efeito do racionamento (junho a dezembro/2001). Em 2002 inclui R\$ 60 milhões de energia de geradores livres (janeiro e fevereiro) e R\$ 181 milhões referente a acordo de recompra de energia, refletidas no fechamento processado pelo MAE (Nota 5), além de R\$ 152 milhões referente a juros e correção monetária dos contratos junto à Fundação CESP (Nota 20), em atendimento às exigências da Deliberação CVM nº 371/2000.

A Companhia reverteu em 2002 o montante de R\$ 258 milhões de energia de curto prazo de 2001, decorrente do reprocessamento realizado pelo MAE do movimento de energia face aos questionamentos dos diversos geradores quanto a consistência dos dados disponibilizados referentes a 2001.

O Resultado do Serviço atingiu R\$ 908 milhões e a geração interna de recursos, desconsiderado o crédito de reversão de energia e a rubrica Entidade de Previdência a Empregados (que representou alteração de procedimento contábil, antes registrado como Despesa Financeira), da ordem de R\$ 1.239 milhões, apresentou-se 21,1% superior, comparativamente aos R\$ 1.023 milhões do exercício anterior.

A Receita Financeira teve um aumento da ordem de 12,4% em relação a 2001, reflexo principal da atualização de valores a receber (Notas 8 e 27).

A Nota 18.4 demonstra as variações monetárias e cambiais a que esteve exposta a Companhia, de modo que a significativa desvalorização principalmente do real frente ao dólar norte-americano da ordem de 52,27% e outras moedas, refletiu em cerca de R\$ 3.375 milhões como variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos, dos quais R\$ 3.042 milhões oneraram o exigível a longo prazo, além de R\$ 609 milhões como encargos sobre dívidas em moeda estrangeira (Nota 27).

Decorrente de suas operações e dos eventos comentados, a Companhia encerrou o exercício com Prejuízo de R\$ 3.417 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o previsto no Ofício Circular/CVM/SEP/SNC/Nº 02/2003, de 20 de março de 2003, a CESP esclarece que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no exercício de 2002, prestou a esta Companhia exclusivamente serviços de auditoria independente.

PROJETOS PARA ANOS SEGUINTE

Em 2003, diversas atividades relacionadas aos empreendimentos de geração terão continuidade, com destaque para as seguintes:

- a conclusão da montagem eletromecânica da unidade geradora 14 da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera);
- a conclusão de obras relacionadas com os reservatórios das usinas Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e Jupia.

Adicionalmente, dar-se-á continuidade às obras de reconstrução dos edifícios sinistrados em 1987, iniciadas em março de 2001, com conclusão prevista para 2004. A situação das obras é a seguinte:

- Edifício Sede I - foram executados os serviços de demolição da antiga estrutura (lajes, vigas e pilares), que encontrava-se em precárias condições; as fundações encontram-se em fase de conclusão e em seguida serão executadas as estruturas.
- Edifício Sede II - a estrutura encontra-se na laje do 15º Pavimento-Tipo (piso de escritório).

Os edifícios estão sendo construídos seguindo um padrão de acabamento superior e dotados da mais moderna tecnologia de instalações, como piso elevado, sistema de climatização tipo forro gelado, sistema de automação, além de acabamentos de primeira linha.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
ATIVO		
CIRCULANTE		
Disponibilidades.....	85.318	7.630
Aplicações financeiras.....	50.595	-
Consumidores.....	31.859	26.812
Revendedores.....	225.066	357.735
Valores a receber - energia.....	229.811	298.676
Valores a receber	97.529	20.661
Outros créditos.....	38.597	27.668
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(36.104)	(42.700)
Tributos e contribuições compensáveis.....	7.215	35.603
Cauções e depósitos vinculados.....	13.802	24.043
Almoxarifado.....	9.098	8.862
Despesas antecipadas.....	21.866	6.104
	<u>774.652</u>	<u>771.094</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Valores a receber - energia.....	364.656	291.243
Valores a receber	562.994	497.300
Tributos e contribuições compensáveis.....	8.136	8.702
Créditos de imposto de renda e c.social diferidos.....	776.420	776.420
Outros créditos.....	53.919	69.348
Despesas antecipadas.....	13.044	7.603
	<u>1.779.169</u>	<u>1.650.616</u>
PERMANENTE		
Investimentos.....	46.113	48.647
Imobilizado		
Em serviço.....	17.190.045	16.215.892
Em curso.....	881.065	1.695.318
	<u>18.071.110</u>	<u>17.911.210</u>
	<u>18.117.223</u>	<u>17.959.857</u>
TOTAL	<u>20.671.044</u>	<u>20.381.567</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores.....	58.488	79.532
Supridores de energia elétrica.....	15.718	37.017
Folha de pagamento.....	1.014	868
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	12.872	11.590
Tributos e contribuições sociais.....	29.362	50.989
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	24.788	18.057
Encargos de dívidas.....	220.988	99.875
Empréstimos e financiamentos.....	1.248.979	914.412
Valores a pagar - energia.....	398.474	749.606
Valores a pagar.....	26.253	23.345
Entidade de previdência a empregados.....	92.654	70.870
Taxas regulamentares.....	43.244	49.811
Provisão para contingências.....	210.648	297.243
Juros sobre o capital próprio e dividendos.....	1.757	1.759
Outros.....	36.584	38.661
	<u>2.421.823</u>	<u>2.443.635</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e financiamentos.....	10.526.676	7.065.703
Valores a pagar - energia.....	14.513	14.908
Valores a pagar.....	150.690	130.306
Entidade de previdência a empregados.....	618.309	544.303
Tributos e contribuições sociais.....	8.680	11.318
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	218.359	258.183
Provisão para contingências.....	217.664	-
Taxas regulamentares.....	-	1.357
	<u>11.754.891</u>	<u>8.026.078</u>
Outras obrigações - reversão/amortização.....	15.481	15.481
	<u>11.770.372</u>	<u>8.041.559</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	2.655.433	2.655.433
Reservas de capital.....	5.542.119	5.542.119
Reservas de lucros.....	-	1.537.007
Lucros (prejuízos) acumulados.....	(1.718.703)	161.814
	<u>6.478.849</u>	<u>9.896.373</u>
TOTAL	<u>20.671.044</u>	<u>20.381.567</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001**

(Valores em milhares de reais, exceto prejuízo por lote de mil ações)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia.....	128.895	119.097
Suprimento de energia.....	1.736.420	1.582.238
Energia de curto prazo.....	139.570	150.122
Energia de geradores livres/Acordo de reembolso.....	21.149	422.707
Outras receitas.....	305	365
	<u>2.026.339</u>	<u>2.274.529</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(53.881)	(56.853)
Encargos de capacidade emergencial.....	(10.328)	-
ICMS s/ fornecimento de energia.....	(25.626)	(21.329)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(60.808)	(68.217)
PIS s/ receitas operacionais.....	(14.878)	(14.781)
	<u>(165.521)</u>	<u>(161.180)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>1.860.818</u>	<u>2.113.349</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal.....	(88.234)	(83.511)
Entidade de Previdência a Empregados.....	(151.829)	-
Material.....	(9.204)	(6.789)
Serviços de terceiros.....	(40.408)	(41.333)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(73.192)	(51.556)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC.....	(17.013)	(11.869)
Energia comprada para revenda.....	(40.951)	(33.008)
Energia de curto prazo.....	(184.442)	(24.422)
Energia de curto prazo - MAE - reversão/(apropriação).....	258.387	(298.966)
Energia de geradores livres/Acordo de reembolso.....	(49.909)	(465.548)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(33.970)	(30.361)
Depreciação	(437.667)	(408.298)
Outras despesas	(84.510)	(42.915)
	<u>(952.942)</u>	<u>(1.498.576)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO.....	<u>907.876</u>	<u>614.773</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		
Receitas.....	173.150	154.018
Despesas		
Encargos de dívidas.....	(675.478)	(598.912)
Outras.....	(230.884)	(153.368)
Variações monetárias e cambiais líquidas.....	(3.581.930)	(1.240.071)
	<u>(4.488.292)</u>	<u>(1.992.351)</u>
	<u>(4.315.142)</u>	<u>(1.838.333)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL.....	<u>(3.407.266)</u>	<u>(1.223.560)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	<u>(10.258)</u>	<u>(7.343)</u>
PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA.....	<u>(3.417.524)</u>	<u>(1.230.903)</u>
Contribuição social diferida.....	-	98.219
Imposto de renda diferido.....	-	319.365
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO.....	<u>(3.417.524)</u>	<u>(813.319)</u>
Prejuízo por lote de mil ações - R\$.....	<u>(36,47)</u>	<u>(8,68)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
(Valores em milhares de reais)**

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
ORIGENS		
Das operações		
Prejuízo do exercício.....	(3.417.524)	(813.319)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação.....	437.667	408.298
Variações monetárias e cambiais de itens de longo prazo	3.173.514	970.103
Provisão para desvalorização de participação societária a mercado.....	1.794	-
Baixa de investimentos por alienação.....	740	14.207
Baixas do ativo imobilizado.....	7.537	12.632
Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(417.584)
Redução de tributos e contribuições sociais de longo prazo - REFIS.....	(30.358)	-
Provisão para contingências - COFINS.....	129.083	-
Outras.....	1.737	3.718
	<u>304.190</u>	<u>178.055</u>
De terceiros		
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	1.508.308	1.550.657
Transferência do passivo circulante para o exigível a longo prazo.....	88.591	4.643
Transferência do ativo realizável a longo prazo para o circulante.....	65.731	71.178
Liberação de depósitos judiciais.....	-	33.280
	<u>1.662.630</u>	<u>1.659.758</u>
Total das origens	<u>1.966.820</u>	<u>1.837.813</u>
APLICAÇÕES		
Aquisições de imobilizado	512.052	606.227
Aumento do ativo realizável a longo prazo.....	37.695	298.088
Encargos financeiros e efeitos inflacionários alocados ao imobilizado.....	28.325	35.668
Transferência de empréstimos de longo prazo para o passivo circulante	1.311.660	976.544
Transferência de outros passivos exigíveis a longo prazo para o circulante	51.718	70.222
Total das aplicações	<u>1.941.450</u>	<u>1.986.749</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO NEGATIVO.....	<u>25.370</u>	<u>(148.936)</u>
DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO (AUMENTO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO NEGATIVO		
Ativo circulante		
No início do período.....	771.094	928.493
No fim do período.....	<u>774.652</u>	<u>771.094</u>
Aumento (redução) do ativo circulante	<u>3.558</u>	<u>(157.399)</u>
Passivo circulante		
No início do período.....	2.443.635	2.452.098
No fim do período.....	<u>2.421.823</u>	<u>2.443.635</u>
Redução do passivo circulante	<u>(21.812)</u>	<u>(8.463)</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO NEGATIVO.....	<u>25.370</u>	<u>(148.936)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001**
(Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS				LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	REMUN. BENS, DIREITOS E IMOB. EM CURSO	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES P/ INVESTIMENTOS	INCENTIVOS FISCAIS - FINAM/FINOR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS		
Saldos em 31 de dezembro de 2000.....	2.655.433	10.373	4.972.047	458.502	101.197	198.919	231.912	1.031.205	137.568	895.485	10.692.641
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	(62.597)	-	62.597	-
Superávit técnico Fundação CESP (Nota 29).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.051	17.051
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(813.319)	(813.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2001.....	2.655.433	10.373	4.972.047	458.502	101.197	198.919	231.912	968.608	137.568	161.814	9.896.373
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	(63.481)	-	63.481	-
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.417.524)	(3.417.524)
Proposta à AGO:											
Absorção do prejuízo com											
- Reserva de Lucros a Realizar.....	-	-	-	-	-	-	-	(905.127)	-	905.127	-
- Reserva Especial de Dividendos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(137.568)	137.568	-
- Reservas Estatutárias.....	-	-	-	-	-	-	(231.912)	-	-	231.912	-
- Reserva Legal.....	-	-	-	-	-	(198.919)	-	-	-	198.919	-
Saldos em 31 de dezembro de 2002.....	2.655.433	10.373	4.972.047	458.502	101.197	-	-	-	-	(1.718.703)	6.478.849

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo e suas ações são negociadas principalmente na Bolsa de Valores de São Paulo. A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica.

Após a cisão parcial, ocorrida em 31 de março de 1999, remanesceram com a CESP as usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna, que representam um expressivo parque gerador instalado de 7.346 MW (Nota 15.4), correspondente a aproximadamente 58% da potência instalada no Estado de São Paulo. A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), com obras em andamento, tem capacidade para até 1.980 MW de potência total. Foram instaladas 13 unidades geradoras de 1999 a 2002, que totalizam 1.430 MW de capacidade nominal. Em 2002, foram concluídas e colocadas em operação comercial as unidades geradoras 12 e 13, nos meses de janeiro e outubro, respectivamente.

A CESP também mantém outras atividades operacionais, tais como eclusagem no âmbito da Hidrovia Tietê-Paraná, florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

Como concessionária de serviço público de energia elétrica, a CESP tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Da receita operacional da Companhia, 93,07% (94,42% em 2001) são provenientes de suprimento de energia elétrica a concessionárias, excluindo-se as receitas relacionadas a energia de geradores livres. Os principais clientes são: Eletropaulo - Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (ELETROPAULO); Bandeirante Energia S.A. (BANDEIRANTE); Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL); ELEKTRO - Eletricidade e Serviços S.A. (ELEKTRO); e Companhia Piratininga de Força e Luz (PIRATININGA).

2. OBRIGAÇÕES LÍQUIDAS

Conforme os valores expressos no Balanço Patrimonial, o Passivo Circulante excede o Ativo Circulante em R\$ 1.647 milhões. O Passivo Circulante inclui saldo de R\$ 398 milhões referente a energia de geradores livres e de curto prazo, que será liquidado em boa parte com recursos do BNDES.

A expressiva desvalorização do real frente outras moedas (Nota 18.4) afetou acentuadamente o endividamento da Companhia, substancialmente no longo prazo, sendo que parcela significativa é denominada em moeda estrangeira, tendo a CESP, como contrapartida, apurado prejuízo em decorrência dessa variação cambial.

A Companhia vem, nos últimos anos, reduzindo seu endividamento financeiro (redução de mais de US\$ 1 bilhão entre 31 de março de 1999, data da cisão parcial, até 31 de dezembro de 2002), bem como reduzindo sua exposição à variação cambial, mediante substituição de dívida em moeda estrangeira por moeda local (participação reduzida de 84% para 75% no mesmo período).

Entretanto, há uma concentração expressiva de vencimentos de dívidas nos anos de 2003, 2004 e 2005, em volume tal que requererá captação de novos recursos ou renegociações, tendo a CESP contratado o banco JPMorgan como assessor financeiro da Companhia, para auxiliá-la no desenvolvimento de soluções para solidificar sua estrutura de capital e melhorar sua performance financeira.

A atual conjuntura do mercado financeiro não favorece iniciativas de novas captações internacionais.

No momento, a Companhia vem preparando novas emissões de Debêntures e Certificados a Termo de Energia Elétrica - CTEE's, e vem negociando venda direta de energia a grandes consumidores finais, inclusive sob a ótica de antecipações financeiras - venda antecipada de energia elétrica.

Essas negociações e as novas operações ainda não foram concluídas, e não se pode afirmar, neste momento, que serão encerradas com sucesso, de maneira que, à medida das necessidades e oportunidades, a Companhia administrará suas dívidas objetivando alongar seus vencimentos.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica aplicável às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica, emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e com as instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia, a partir de 2002 adotou os procedimentos contidos no "Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica", instituído pela ANEEL através da Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, o que implicou em algumas reclassificações não relevantes de certas contas.

Em conformidade com as instruções contidas no Ofício Circular nº 155/2003-SFF/ANEEL, de 24 de janeiro de 2003 e Ofício Circular/CVM/SEP/SNC/nº 01/2003, de 16 de janeiro de 2003, estão sendo apresentadas algumas informações adicionais em notas explicativas e quadros suplementares.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Consumidores e Revendedores

As contas a receber incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

d. Almojarifado

Os materiais em estoque nos almojarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

e. Investimentos

As participações societárias minoritárias em empresas e outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

f. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais fixadas pelo Poder Concedente, determinadas pela Resolução ANEEL nº 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nos itens 4 e 11 da Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado até 31 de dezembro de 1998 para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Até dezembro de 2001, os Custos Indiretos de Obras em Andamento foram apropriados mensalmente às imobilizações em curso, mediante rateio, limitados a 10% dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, atribuíveis às obras em curso.

g. Empréstimos, financiamentos e outras obrigações

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

Outras obrigações estão atualizadas com base nos indexadores aplicáveis, incluindo juros e demais encargos previstos legal ou contratualmente.

h. Outros direitos e obrigações

Os demais Ativos e Passivos Circulantes e de Longo Prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

j. Provisões para Contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota 22.

k. Planos de Benefícios Pós Aposentadoria

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM nº 371/2000. As demais considerações relativas a esses planos estão descritas na Nota 29.

l. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

m. Estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da CESP se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico e às provisões para contingências.

n. Prejuízo por Ação

Determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

5. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

O Setor Elétrico Brasileiro foi submetido em 2001 a um Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica. O Governo Federal criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, para administrar programas de ajuste de demanda, coordenar esforços para aumento da oferta de energia e implementar medidas de caráter emergencial durante o período do racionamento, que vigorou de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002.

Nesse período de excepcionalidade, a aplicação comercial das regras de mercado traria conseqüências irreparáveis aos agentes do mercado de energia elétrica, motivo pelo qual exigiu-se o esforço da sociedade, das autoridades governamentais, do Poder Concedente e de todos os agentes do Setor Elétrico Nacional.

Ao final do ano de 2001, alcançou-se o Acordo Geral do Setor Elétrico (o "Acordo") entre Geradoras, Distribuidoras e o Governo Federal, atuando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES como agente financiador. O Acordo assumido foi operacionalizado pela ANEEL, que estabeleceu, em Resoluções, os procedimentos contábeis necessários a refletir o Acordo e diversas outras decisões do Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. O Acordo foi transformado na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, e posteriormente convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Dando cumprimento à determinação da ANEEL, as presentes Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas contendo o resultado do processamento do movimento de energia elétrica no país, divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia (MAE).

As Demonstrações Financeiras obedecem estritamente as resoluções da ANEEL e os seguintes valores foram contabilizados relativamente ao período de excepcionalidade:

ATIVO	Saldos em 31.12.2001	Movimentações				Saldos em 31.12.2002
		Apropriação	Reversão	Reclassificação	Liquidação	
Valores a Receber - Energia Circulante						
Energia de Geradores Livres.....	133.448	40.882	(21.056)	(83.246)	-	70.028
Energia de Curto Prazo - MAE 2000.....	-	8.596	-	-	(4.298)	4.298
Energia de Curto Prazo - MAE 2001 e 2002.....	153.055	141.268	(1.698)	-	(146.312)	146.313
Acordo de Reembolso.....	7.454	1.323	-	395	-	9.172
Recomposição Tarifária.....	4.719	5.135	(4.719)	-	(5.135)	-
	<u>298.676</u>	<u>197.204</u>	<u>(27.473)</u>	<u>(82.851)</u>	<u>(155.745)</u>	<u>229.811</u>
Realizável a longo prazo						
Energia de Geradores Livres.....	266.897	-	-	83.246	-	350.143
Acordo de Reembolso.....	14.908	-	-	(395)	-	14.513
Recomposição Tarifária.....	9.438	-	(9.438)	-	-	-
	<u>291.243</u>	<u>-</u>	<u>(9.438)</u>	<u>82.851</u>	<u>-</u>	<u>364.656</u>
	<u>589.919</u>	<u>197.204</u>	<u>(36.911)</u>	<u>-</u>	<u>(155.745)</u>	<u>594.467</u>
PASSIVO						
Valores a Pagar - Energia Circulante						
Energia de Geradores Livres.....	443.186	60.004	(11.418)	-	(245.886)	245.886
Energia de Curto Prazo - MAE 2000.....	-	9.990	-	-	(4.995)	4.995
Energia de Curto Prazo/Acordo de Recomp.	145.170	181.197	(104.591)	-	(83.355)	138.421
Energia de C.Prazo - Parcela MAE/ABRAGE 2001	153.796	-	(153.796)	-	-	-
Acordo de Reembolso.....	7.454	1.323	-	395	-	9.172
	<u>749.606</u>	<u>252.514</u>	<u>(269.805)</u>	<u>395</u>	<u>(334.236)</u>	<u>398.474</u>
Exigível a longo prazo						
Acordo de Reembolso.....	14.908	-	-	(395)	-	14.513
	<u>764.514</u>	<u>252.514</u>	<u>(269.805)</u>	<u>-</u>	<u>(334.236)</u>	<u>412.987</u>

Em dezembro de 2002, a CESP firmou contrato com o BNDES, quando houve a liberação dos recursos líquidos no valor de R\$ 183.626, utilizados na liquidação de débitos de energia livre e de curto prazo e créditos de energia de curto prazo, conforme estabelecido na Resolução ANEEL nº 635, de 21 de novembro de 2002.

5.1. Energia Livre

No período do racionamento, implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e do baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, entre elas a região Sudeste, onde se encontra a CESP, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não comprometida em Contratos).

A remuneração desses Geradores Livres foi baseada nos preços praticados pelo MAE e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à Energia Assegurada de cada um, sendo que a CESP responde por cerca de 12% da Energia Assegurada do país.

De acordo com os demonstrativos divulgados pelo MAE, referentes à energia de 2001 e 2002, coube à CESP, no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002, a responsabilidade pela parcela de R\$ 491.772 dessa energia. Estes valores foram registrados em conta de Resultado como Despesas em contrapartida ao Passivo Circulante. Foram liquidados, ao final de 2002, R\$ 245.886 relacionados a esse passivo, equivalente a 50% do total.

Considerando que parte desse valor, ou seja, R\$ 420.171, será repostado à Companhia por conta de recursos futuros, que virão mensalmente dos Distribuidores de Energia Elétrica, em decorrência da Recomposição Tarifária Extraordinária, prevista na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, esta parcela foi registrada em conta de Resultado como Receita em contrapartida ao Ativo "Valores a receber - energia", sendo R\$ 70.028 no Circulante e R\$ 350.143 no Realizável a Longo Prazo.

Do saldo a pagar, a parcela de R\$ 194.528 deverá ser financiada com recursos do BNDES, e os restantes R\$ 51.358 com recursos da Companhia. A liquidação dos 50% restantes será efetuada quando do término do processo de auditoria das transações no âmbito do MAE, o que deverá ocorrer no primeiro semestre de 2003.

5.2. Energia de Curto Prazo

Representa as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado no âmbito do MAE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes do MAE versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

Durante este exercício o MAE reprocessou os dados de energia de 2001 e 2002, o que resultou na reversão de passivos no montante de R\$ 153.796, relativos às parcelas denominadas MAE/ABRAGE 2001, cuja exigibilidade estava sendo questionada pela CESP, e no montante de R\$ 104.591, relativos a energia de curto prazo de 2001. As reversões foram creditadas às despesas operacionais, conforme item 3.2.1, letra c, anexo ao Ofício Circular nº 155/2003 – SFF/ANEEL, de 24 de janeiro de 2003.

As variações positivas da Companhia foram tratadas como Receita e atingiram R\$ 301.221, sendo R\$ 161.651 até 2001 e R\$ 139.570 de 2002, dos quais foram liquidados R\$ 150.610 (50%).

Já as variações negativas de setembro de 2000 a dezembro de 2002 atingiram R\$ 231.766, sendo R\$ 50.569 até 2001 - energia de curto prazo e R\$ 181.197 referente a acordo de recompra, de março a dezembro de 2002, dos quais foram liquidados R\$ 88.350 equivalente a 50% (período de setembro de 2000 a setembro de 2002), remanescendo R\$ 143.416. A liquidação dos saldos remanescentes ocorrerá quando do término do processo de auditoria das transações no âmbito do MAE, o que deverá ocorrer no primeiro semestre de 2003.

A CESP continua pleiteando o reconhecimento de crédito decorrente do ganho de produção nas unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), conforme Ofício ANEEL nº 28/2000-SRG, que, de julho a dezembro de 2001, pelos cálculos da Companhia, é estimado em aproximadamente R\$ 70 milhões.

5.3. Acordo de Reembolso

Considerando que a CESP atende diretamente consumidores finais, estes já se encontram onerados em suas tarifas por conta da Recomposição Tarifária Extraordinária. Assim a CESP, na parcela que atua como Distribuidora, recebeu o mesmo tratamento, e foi abrangida pelo Acordo de Reembolso, cabendo à CESP a parcela de R\$ 23.685.

O Acordo de Reembolso prevê que os consumidores gerarão recursos adicionais que as Distribuidoras repassarão às Geradoras para que cumpram seus compromissos com o BNDES. Prevê, ainda, que os recursos oriundos da Recomposição Tarifária Extraordinária vigorarão por um prazo máximo de até 72 meses a partir de dezembro de 2001, de modo que a parcela de R\$ 23.685 foi contabilizada como Receita (R\$ 22.362 em 2001 e R\$ 1.323 em 2002), em contrapartida a contas do Ativo "Valores a receber - energia", sendo R\$ 9.172 no Ativo Circulante e R\$ 14.513 no Realizável a Longo Prazo. À medida que ingressarem os recursos, os mesmos serão transferidos aos Geradores, de modo que a mesma parcela foi registrada como Despesa em 2001, em contra-partida a contas do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo a título de "Valores a pagar - energia", pelos mesmos valores do Ativo.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Tipo de Aplicação	2002	2001
Banco Nossa Caixa S.A.....	CDB / CDI	50.595	-

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	2002			2001	
	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Total
Consumidores					
Industrial.....	12.809	-	-	12.809	7.762
Serviços Públicos.....	-	-	19.050	19.050	19.050
	<u>12.809</u>	<u>-</u>	<u>19.050</u>	<u>31.859</u>	<u>26.812</u>
Revendedores					
Suprimento.....	209.610	-	12.605	222.215	336.674
Outros.....	-	-	2.851	2.851	21.061
	<u>209.610</u>	<u>-</u>	<u>15.456</u>	<u>225.066</u>	<u>357.735</u>
Total.....	<u>222.419</u>	<u>-</u>	<u>34.506</u>	<u>256.925</u>	<u>384.547</u>

A Companhia mantém registrada Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 36.104, dos quais se referem a riscos na realização de saldos de Consumidores e Revendedores. R\$ 27.802

8. VALORES A RECEBER

Devedor	Objeto	2002			2001
		Circulante	Longo Prazo	Total	Total
SECRETARIA DE					
ESTADO DOS	- Créditos Consolidados.....	87.278	562.994	650.272	498.667
NEGÓCIOS DA					
FAZENDA	- Contrato Financeiro	10.251	-	10.251	19.294
		<u>97.529</u>	<u>562.994</u>	<u>660.523</u>	<u>517.961</u>

8.1. Créditos Consolidados

Inclui saldo de R\$ 636.520 de contrato firmado em 17 de novembro de 2000, para recebimento em 120 parcelas mensais, e saldo de R\$ 13.752 de contrato firmado em 1º de dezembro de 2000, com amortização em 48 parcelas mensais. Ambos os contratos são corrigidos pelo IGP-M e juros de 6% a.a..

8.2. Contrato Financeiro

Contrato celebrado em 06 de agosto de 1999, cujos montantes são repassados mensalmente para a Fundação CESP. O contrato vem sendo amortizado em 48 parcelas mensais, corrigidas pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 6% a.a. (Nota 19.2).

9. OUTROS CRÉDITOS - CIRCULANTE

	2002	2001
Devedores Diversos.....	9.917	14.153
Concessionárias de Energia.....	15.016	3.194
Acordo EMURB (1ª parcela).....	8.087	-
Créditos de Venda de Bens e Direitos.....	3.512	2.546
Fundação CESP.....	-	4.264
Outros.....	2.065	3.511
	<u>38.597</u>	<u>27.668</u>

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
CIRCULANTE		
Imposto de renda a compensar (a).....	841	32.085
Contribuição social a compensar (b).....	1.801	414
ICMS s/ aquisições do imobilizado (c).....	4.573	3.104
	<u>7.215</u>	<u>35.603</u>
LONGO PRAZO		
ICMS s/ aquisições do imobilizado (c).....	8.136	8.702
	<u>15.351</u>	<u>44.305</u>

- (a) Créditos de Imposto de Renda decorrente de recolhimento por estimativa em 1998 e de retenções sobre rendimentos de aplicações financeiras dos exercícios de 1998 a 2002, atualizados pela SELIC. A Companhia utilizou em 2002 a quase totalidade desses créditos na compensação com recolhimentos mensais da COFINS e do PIS.
- (b) Refere-se a crédito de Contribuição Social sobre o Lucro decorrente de recolhimento por estimativa em 1998 e 2002, atualizado pela SELIC.
- (c) Refere-se a crédito de ICMS sobre aquisições de materiais e equipamentos aplicados no ativo permanente, que são compensáveis com recolhimentos mensais à razão de 1/48, a partir de 1º de janeiro de 2001, conforme Lei Estadual nº 10.699, de 19 de dezembro de 2000.

11. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Ações Cíveis.....	1.986	12.768
Ações Trabalhistas.....	6.858	6.373
Ações Tributárias.....	4.958	4.902
	<u>13.802</u>	<u>24.043</u>

12. CRÉDITOS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia, com base nas análises relativas às projeções operacionais plurianuais, considerando os cenários de mercado atacadista de energia, a entrada em operação das novas unidades geradoras e a recuperação do custo de construção incorrido e a incorrer da Usina Engenheiro Sérgio Motta, reconheceu nos exercícios de 2000 e 2001 créditos tributários relativos ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro, bem como sobre as diferenças intertemporais, conforme Deliberação CVM nº 273/98.

O registro do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos está suportado em projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente, visando determinar a recuperabilidade dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais. Essas projeções adotam como premissas básicas o aumento das receitas em função da quantidade física de energia a ser colocada à disposição do mercado e reajustes tarifários futuros sobre energia suprida às distribuidoras, em contraposição à manutenção ou redução do nível de despesas operacionais e financeiras com conseqüente obtenção de resultados positivos. Essas projeções são periodicamente reavaliadas pela Administração da Companhia.

Em 27 de junho de 2002, a CVM emitiu a Instrução nº 371, que estabelece novas diretrizes quanto ao reconhecimento contábil de créditos advindos de prejuízos fiscais e despesas temporariamente indedutíveis. Tendo em vista as disposições dessa Instrução, a Companhia deixou de constituir qualquer ativo relacionado aos referidos créditos fiscais gerados no exercício de 2002, pelas incertezas quanto à sua realização.

A composição dos saldos é como segue:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais.....	1.338.421	543.850
Diferenças intertemporais.....	141.609	72.638
	<u>1.480.030</u>	<u>616.488</u>
Contribuição social sobre o lucro		
Base negativa	401.568	146.649
Diferenças intertemporais.....	29.347	13.283
	<u>430.915</u>	<u>159.932</u>
Provisão sobre créditos tributários.....	(1.134.525)	-
	<u>776.420</u>	<u>776.420</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2002 a situação patrimonial e financeira da Companhia foi fortemente impactada pela desvalorização de cerca de 52,3% da moeda nacional frente ao dólar norte americano, moeda à qual a principal parte de seu endividamento está vinculado. Este evento foi motivado por diversas incertezas nos cenários econômico e político internacional e nacional. Adicionalmente, diversas incertezas existem no momento quanto ao ambiente regulatório envolvendo o setor elétrico no país, bem como os destinos da economia nacional e internacional. A Administração da Companhia reviu suas projeções de resultados para os exercícios subseqüentes, concluindo que os créditos registrados deverão ser realizados em período de até 10 anos como demonstrado a seguir:

<u>Exercício</u>	<u>Parcela Estimada de Realização</u>
2003	8.758
2004	12.641
2005	33.337
2006	51.333
2007 a 2009	260.439
2010 a 2012	409.912
	<u>776.420</u>

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros tributáveis, até o limite de 30% do resultado do exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Circulante		
Juros sobre empréstimos (a).....	16.894	-
Parcela A (b).....	1.835	5.992
CVA ativa - 2002/2003 (c).....	3.137	-
Seguros.....	-	112
	<u>21.866</u>	<u>6.104</u>
Longo Prazo		
Parcela A (b).....	<u>13.044</u>	<u>7.603</u>
	<u>34.910</u>	<u>13.707</u>

(a) Refere-se a juros pagos antecipadamente, com recursos de garantia liberada, resultante da renegociação com o Tesouro Nacional, sendo R\$ 3.479 do Plano Brady (FLIRB-C) e R\$ 13.415 junto ao Banco do Brasil - Lei nº 7.976/89 (Nota 18.1).

(b) Refere-se às variações de valores de itens da Parcela "A", referentes a custos não gerenciáveis incorridos durante o ano de 2001, calculados na forma da Portaria Interministerial nº 25/2002 e Resoluções ANEEL nº 72/2002 e 90/2002. Estes valores estão sendo compensados através da Recomposição Tarifária Extraordinária prevista na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

(c) Corresponde a valores de CVA ativa e serão contemplados quando do próximo reajuste a ser concedido às tarifas de fornecimento a consumidores finais atendidos diretamente pela CESP, previsto para dezembro de 2003.

14. INVESTIMENTOS

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Participações minoritárias em Empresas		
Com recursos do FINAM.....	39.815	39.815
Outras.....	<u>6.251</u>	<u>8.785</u>
	46.066	48.600
Outros Investimentos.....	<u>47</u>	<u>47</u>
	<u>46.113</u>	<u>48.647</u>

No balanço de 2001, o item Outros Investimentos apresentava saldo de R\$ 1.620, dos quais R\$ 1.573 foram reclassificados para o Realizável a Longo Prazo - Outros Créditos, em atendimento à determinação da ANEEL, através do Ofício Circular nº 155/2003.

15. ATIVO IMOBILIZADO

	2002		2001		2002
	Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Taxas Anuais Médias de Depreciação (%)
Em Serviço					
Geração.....	20.511.553	(3.424.216)	17.087.337	16.106.847	2,11
Administração.....	189.342	(86.634)	102.708	109.045	4,19
	<u>20.700.895</u>	<u>(3.510.850)</u>	<u>17.190.045</u>	<u>16.215.892</u>	
Em Curso					
Geração.....	851.449	-	851.449	1.679.975	
Administração.....	29.616	-	29.616	15.343	
	<u>881.065</u>	<u>-</u>	<u>881.065</u>	<u>1.695.318</u>	
	<u>21.581.960</u>	<u>(3.510.850)</u>	<u>18.071.110</u>	<u>17.911.210</u>	

Conforme Resolução nº 044, de 17 de março de 1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e de 2,0% a 5,9% para o bens de transmissão; 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

Adicionalmente apresenta-se o imobilizado segregado por tipo de bens, com os comentários contidos nas Notas 15.1 a 15.5:

	2002			2001	
	Custo Original Corrigido	Remuneração e Encargos Financeiros Durante a Construção	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço					
Intangíveis	130	7	(67)	70	70
Terrenos.....	611.083	81.552	-	692.635	667.109
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	7.788.088	5.667.070	(2.029.685)	11.425.473	11.225.544
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias...	1.723.444	899.864	(789.771)	1.833.537	1.554.951
Máquinas e Equipamentos.....	2.805.519	1.103.067	(677.074)	3.231.512	2.760.890
Veículos.....	9.393	-	(8.995)	398	1.364
Móveis e Utensílios.....	11.678	-	(5.258)	6.420	5.964
	<u>12.949.335</u>	<u>7.751.560</u>	<u>(3.510.850)</u>	<u>17.190.045</u>	<u>16.215.892</u>
Em Curso.....					
	<u>724.247</u>	<u>156.818</u>	<u>-</u>	<u>881.065</u>	<u>1.695.318</u>
	<u>13.673.582</u>	<u>7.908.378</u>	<u>(3.510.850)</u>	<u>18.071.110</u>	<u>17.911.210</u>

15.1. Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (Nota 4) e Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram capitalizados no Ativo Imobilizado em Curso os seguintes valores:

	GERAÇÃO	
	2002	2001
Encargos financeiros contabilizados no resultado.....	636.562	601.211
(-) Transferência para o Imobilizado em curso.....	(14.594)	(23.855)
	621.968	577.356
Efeitos inflacionários e cambiais contabilizados no resultado.....	3.709.707	1.319.441
(-) Transferência para o Imobilizado em curso.....	(84.579)	(84.831)
	3.625.128	1.234.610

15.2. Obras em Andamento

A CESP mantém em construção, na bacia do rio Paraná, a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) com as seguintes características:

Potência Total Prevista - MW.....	1.540
Número de Unidades Geradoras Previstas.....	14
Início das Obras.....	1980
Primeira Unidade em Operação.....	1999
Unidades em Operação - até 31 de dezembro de 2002	13
Saldo Transferido para "Imobilizado em Serviço" até 31 de dezembro de 2002 - R\$ mil.....	13.699.321

15.3. Desapropriações

Determinadas propriedades necessárias à implementação dos projetos da Companhia, especificamente aquelas destinadas à construção de reservatórios ou outros empreendimentos ligados às suas atividades, foram desapropriadas de acordo com legislação específica e estão sujeitas a negociações com seus proprietários. Nos casos em que há dificuldade de se chegar a estimativas precisas de valor, seja pelo tempo necessário à obtenção das sentenças judiciais ou pela imprevisibilidade dos resultados das negociações, a Companhia registra o custo das desapropriações como parte do ativo imobilizado somente ao final do seu processo. Nos casos onde tal previsão é possível, a Companhia provisiona o custo das desapropriações em contrapartida ao ativo imobilizado, além de depósitos judiciais para garantia das ações registrados no imobilizado em curso.

Em 31 de dezembro de 2002, a Companhia mantém registradas provisões no valor de R\$ 144.005 para fazer face aos custos estimados relacionados às referidas desapropriações (Nota 22).

15.4. Lei das Concessões

Nos termos da legislação de concessões, regulamentada pelas Leis 8.987/95 e 9.074/95, a CESP solicitou à ANEEL a prorrogação dos prazos para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. As prorrogações requeridas deverão ainda ser formalizadas por ato do Ministério de Minas e Energia, que permitirá a assinatura dos respectivos contratos de concessões, na qualidade de produtor independente de energia, por mais trinta anos, nos termos do Decreto 1.717/95, na eventualidade da passagem do controle acionário da Companhia para a iniciativa privada, conforme previsto no Programa Estadual de Desestatização - PED. Caso a Companhia seja retirada do PED, a renovação se fará na condição de Concessionária de Serviço Público de Geração, por um período de 20 anos.

A situação do parque gerador da CESP é a seguinte:

Parque Gerador						
Bacia	Usina Hidrelétrica	Total de máquinas em operação	Potência Instalada MW	Energia Assegurada (1) MW Médio	Entrada em Operação (2)	
Paraná	Ilha Solteira (3)	20	3.444	1.962	18.07.73	
	Jupia	14	1.551	1.007	14.04.69	
	Três Irmãos (4)	5	808	-	28.11.93	
	Engenheiro Sérgio Motta	13	1.430	1.017	23.01.99	
Paraíba	Jaguari	2	28	9	05.05.72	
	Paraibuna	2	85	43	20.04.78	
			7.346	4.038		

- (1) É a energia disponível nas usinas de um sistema interligado, considerando-se o risco pré-fixado de 5% para seu atendimento.
- (2) Primeiro Grupo Gerador.
- (3) A energia assegurada de Três Irmãos está incluída na de Ilha Solteira.
- (4) Localiza-se no rio Tietê, mas em termos operativos integra o complexo de Urubupungá, na bacia do rio Paraná.

15.5. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
CIRCULANTE		
COFINS s/ receitas operacionais	5.068	24.855
PIS s/ receitas	1.789	9.401
ICMS s/ fornecimento de energia.....	4.478	5.648
Imposto de renda s/ remessa ao exterior.....	15.605	8.425
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	1.965	2.112
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços.....	457	548
	<u>29.362</u>	<u>50.989</u>
LONGO PRAZO		
Imposto de renda - diferido (à alíquota de 6%).....	8.680	11.318
	<u>38.042</u>	<u>62.307</u>

17. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

A Companhia aderiu ao programa em 28 de abril de 2000, tendo declarado todos seus débitos de tributos e contribuições sociais à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em 30 de junho daquele ano. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Composição dos débitos de tributos e contribuições sociais incluídos no programa:

	Juros e		Créditos	Total	Atualização		Saldo em	Saldo em
	Principal	Multas	Fiscais		TJLP	Amortização	31.12.2002	31.12.2001
Contribuição Social.....	32.811	95.979	(70.069)	58.721	13.877	(13.490)	59.108	65.402
Finsocial	1.629	6.440	(4.701)	3.368	796	(773)	3.391	3.796
IRPJ Contingência 1998.....	5.389	4.099	(2.992)	6.496	1.535	(1.492)	6.539	6.923
Contribuição Social Contingência 1998.....	2.464	1.874	(1.368)	2.970	702	(682)	2.990	3.166
PIS Contingência.....	17.858	7.417	(5.415)	19.860	4.693	(4.563)	19.990	20.923
Notificação do INSS (a).....	87.435	100.332	(73.246)	114.521	27.064	(26.309)	115.276	137.651
Imposto de Renda s/ Indenizações	27.203	31.175	(22.759)	35.619	8.417	(8.183)	35.853	38.379
	<u>174.789</u>	<u>247.316</u>	<u>(180.550)</u>	<u>241.555</u>	<u>57.084</u>	<u>(55.492)</u>	<u>243.147</u>	<u>276.240</u>

(a) Em 2002, a Companhia reverteu o montante de R\$ 30.358 (sendo, R\$ 6.093 de principal e R\$ 24.265 de juros e multas), após comunicado do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, em que foram apresentados os valores finais revisados da Notificação, processo que também foi registrado por aquele órgão junto ao Programa, na conta do REFIS.

Do saldo existente em 31 de dezembro de 2002, R\$ 218.359 referem-se a parcelas de longo prazo.

Foram utilizados créditos próprios de Base Negativa de Contribuição Social e Prejuízos Fiscais no montante de R\$ 180.550, para amortização de juros e multas.

Para garantia dos débitos acima incluídos no programa, a Companhia arrolou bens imóveis de sua propriedade (não vinculados à geração de energia elétrica).

Tendo em vista a linearidade dos encargos financeiros incidentes sobre as parcelas mensais devidas, o valor presente dos débitos em 31 de dezembro de 2002 é de R\$ 177.551. Este cálculo foi efetuado com base nas projeções de receita, que consideram, entre outros fatores, a entrada em operação de nova unidade geradora da Usina Engenheiro Sérgio Motta, reajustes tarifários e mercado atacadista de energia. Considera também a atualização do saldo da dívida pela TJLP (estimada em 10,0% a.a.). Estima-se o pagamento do montante total da dívida em aproximadamente 12 anos. Em atendimento à Instrução CVM nº 346, de 29 de setembro de 2000, a Companhia optou por não registrar o ajuste ao valor presente apurado.

No período de abril de 2000 a dezembro de 2002, a Companhia já recolheu a título de REFIS R\$ 55.492, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

O programa estabelece ainda, como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos sejam efetuados em dia.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

18.1. Composição

	2002			2001		
	Principal			Principal		
	Encargos	Circulante	Longo Prazo	Encargos	Circulante	Longo Prazo
Moeda Estrangeira						
Instituições Financeiras (1).....	41.474	231.591	2.725.063	43.145	212.477	2.853.427
BNDES (2).....	69.577	-	1.952.680	-	-	-
Medium Term Notes (3).....	105.831	-	2.428.246	52.604	-	1.804.966
Banco do Brasil S.A. (4).....	568	251.330	1.507.979	653	165.054	1.155.379
ELETRORÁS.....	1.164	13.478	21.814	657	4.103	19.101
CPFL (5).....	289	36.177	235.152	592	23.758	178.188
Outras Instituições	190	963	17.362	205	557	12.333
	<u>219.093</u>	<u>533.539</u>	<u>8.888.296</u>	<u>97.856</u>	<u>405.949</u>	<u>6.023.394</u>
Moeda Nacional						
Instituições Financeiras (6).....	1.895	55.298	283.672	2.019	24.494	275.555
BNDES (7).....	-	30.639	153.119	-	-	-
ELETRORÁS.....	-	6.023	71.280	-	206	3.356
Debêntures (8).....	-	35.661	787.053	-	-	264.160
Certificados a Termo de Energia Elétrica (9).....	-	587.819	343.256	-	483.763	499.238
	<u>1.895</u>	<u>715.440</u>	<u>1.638.380</u>	<u>2.019</u>	<u>508.463</u>	<u>1.042.309</u>
	<u>220.988</u>	<u>1.248.979</u>	<u>10.526.676</u>	<u>99.875</u>	<u>914.412</u>	<u>7.065.703</u>

Em 2001, o quadro acima, incluía Contrato de Dívida com a Fundação CESP no valor de R\$ 159.076, que foi reclassificado para a rubrica "Entidade de Previdência a Empregados" (Nota 20), afim de consolidar, na mesma nota, os contratos com a Fundação CESP que parcialmente cobrem as obrigações da Companhia com aquela entidade, de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

(1) Do montante de principal, R\$ 383.170 referem-se a empréstimos indexados a outras moedas (SwFr e EURO) com taxas de juros que variam de 3,50% à 8,49% a.a., resultando numa média de juros de aproximadamente 5,62% a.a..

O restante, no valor de R\$ 2.573.484, integra a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e é composto como segue:

Tipo	Anos		Amortização	Taxa de Juros % a.a.	Saldo em 31.12.2002
	Vencto. (b)	Carência			
Bônus de Conversão da Dívida (a).....	18	10	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	930.756
Bônus de Dinheiro Novo (a)..	15	7	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	173.272
Bônus de Redução Temporária de Juros - FLIRB (a).....	15	9	13 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - LIBOR semestral + 13/16	175.851
Bônus de Capitalização (a)...	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - 8,00	1.026.510
Bônus de Juros - EI (a).....	12	3	19 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 13/16	267.095
					2.573.484

(a) Possuem garantia do Governo do Estado de São Paulo.

(b) A partir de 15 de abril de 1994.

- (2) O valor de R\$ 1.952.680 refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 02 de setembro de 2002, equivalente a US\$ 552.650, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES mais "spread" básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., vencíveis a partir de 15 de abril de 2003.

Este é um contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do "Plano Brady", referente a Bônus ao Par no valor de US\$ 325.516 e Bônus de Desconto no valor de US\$ 227.134, que no exercício anterior, encontravam-se classificadas como Instituições Financeiras - Moeda Estrangeira.

- (3) Nesta rubrica estão registradas três operações no mercado internacional. A primeira, com saldo remanescente de R\$ 98.021, refere-se a notas de médio prazo, emitidas em junho de 1997, cujo valor era equivalente a US\$ 300 milhões, com juros fixos de 9,125% a.a. nos 5 primeiros anos e 9,625% a.a. nos 5 anos seguintes. O vencimento final desses títulos ocorrerá em junho de 2007, porém os detentores dos papéis exerceram o direito de resgate antecipado em junho de 2002. A CESP quitou integralmente o *put* exercido por 90,7% dos investidores em 26 de junho de 2002, no valor de R\$ 759.906.

O saldo de R\$ 1.800.230 relacionado à segunda colocação, refere-se ao programa de Euro-Medium Term Notes, no valor equivalente a US\$ 500 milhões, cuja operação de lançamento no mercado internacional ocorreu em fevereiro de 2001.

A captação foi realizada em duas séries:

- a) primeira série, lançada em 12 de fevereiro de 2001 em dólares norte-americanos, no montante de US\$ 300 milhões, com juros semestrais de 10,50% a.a. e vencimento único do principal em 05 de março de 2004; e
- b) a segunda série, lançada em Euros, em 20 de fevereiro de 2001, no montante de 200 milhões, com juros anuais de 9,75% a.a. e vencimento único do principal em 27 de fevereiro de 2004.

Os recursos obtidos foram utilizados integralmente na liquidação dos bônus lançados no mercado alemão em 06 de maio de 1996.

O saldo relacionado à terceira colocação, no valor de R\$ 529.995, refere-se a captação de US\$ 150 milhões, concretizada em 9 de maio de 2002, dentro de um programa de Euro-Medium Term Notes, livre de garantia, com juros de 9% a.a. no primeiro ano e 11,5% a.a. nos anos seguintes, com vencimento final dos títulos em maio de 2005, permitindo o direito de resgate antecipado em maio de 2003, pelos investidores.

Todas as notas possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade de a Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando firmar contratos de arrendamento na forma de "Sale and Leaseback" e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia vem cumprindo satisfatoriamente os índices exigidos.

- (4) Refere-se a "Contrato de Refinanciamento de Dívida", assinado pela Companhia em 25 de março de 1994, junto ao Banco do Brasil S.A., no qual US\$ 1,067 milhões foram refinanciados por um período de 16 anos, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 30 de junho de 1995, com juros baseados na LIBOR + 0,8125% a.a..
- (5) Refere-se a transferência de saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC da CPFL à CESP, atualizado de acordo com a variação do dólar norte-americano, sendo pago em parcelas semestrais até 2010 e juros calculados com base em 50% da taxa LIBOR + 0,40625% a.a..
- (6) Refere-se, principalmente, a saldo de empréstimos junto ao BNDES, que serão amortizados até março de 2014, indexados pela TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e pelo IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, acrescido de juros calculados à taxa de 8,40% a.a..

Inclui, ainda, empréstimo obtido em março de 2002, junto ao Banco ABC Brasil S.A., com juros de 0,4% a.m. e amortização em 12 meses, a partir de abril de 2003, com saldo de R\$ 35.854.

- (7) Refere-se a contrato de financiamento, firmado em 23 de dezembro de 2002 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para pagamento em 60 meses, a partir de março de 2003, com juros de 1% a.a. (a título de "spread"), acima da SELIC.

Esses recursos destinaram-se integralmente à liquidação de 50% dos créditos de energia de curto prazo e dos débitos de energia de geradores livres e energia de curto prazo, face ao programa de racionamento (Nota 5).

- (8) Refere-se à 8ª e 9ª emissões de debêntures simples, tendo as primeiras negociações ocorrido em 18 de julho de 2001 e 1º de julho de 2002, respectivamente.

Emissão		Séries	Resgate		Juros	Pagamento de Juros	Saldo em 31.12.2002
Nº	Data		Início	Término	% a.a.		
8ª	01.04.2001	18	11.2003	04.2005	2,00	CDI Mensal	320.892
9ª	01.02.2002	18	09.2004	02.2006	2,00	CDI Mensal	501.822
							822.714

Os recursos obtidos foram utilizados exclusivamente no pagamento de empreiteiros e fornecedores de equipamentos da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

- (9) Os Certificados a Termo de Energia Elétrica CTEE's da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões, são títulos que têm por objetivo único e exclusivo a obtenção de recursos para o custeio de obras civis e fornecimento de equipamentos para a usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

Emissão		Qtde.	Séries	Resgate		Remuneração (*)		Saldo em	
Nº	Data			Início	Término	Resgate Físico	Resgate Financeiro	2002	2001
5ª	01.05.1998	2.415.312	36	06.2000	05.2003	Tarifa classe B3 (ELEKTRO)	Taxa ANBID + 2% juros	114.097	301.184
6ª	01.03.2000	2.417.160	24	10.2001	09.2003	Tarifa classe B3 (CPFL)	CDI + 2% juros	234.993	429.791
7ª	01.02.2001	1.214.700	12	03.2003	02.2004	Tarifa classe B3 (CPFL)	CDI + 2% juros	286.475	252.026
8ª	01.03.2002	1.205.031	18	10.2004	03.2006	Tarifa classe B3 (CPFL)	CDI + 2,5% juros	295.510	-
								931.075	983.001

(*) Maior valor entre a variação dos dois índices.

A 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões têm prazo de carência de 24, 18, 24 e 30 meses, respectivamente, para o início do resgate.

18.2. O principal, devido em moeda estrangeira, apresenta a seguinte composição:

Moeda	2002			2001		
	R\$ mil	US\$ mil (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (Equivalente)	%
US\$.....	8.298.425	2.348.633	88,08	5.701.724	2.457.216	88,68
Sw Fr.....	47.977	13.578	0,51	25.877	11.152	0,40
Euro.....	1.075.433	304.371	11,41	701.742	302.423	10,92
	9.421.835	2.666.582	100,00	6.429.343	2.770.791	100,00

18.3. O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 31 de dezembro de 2002, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
2004.....	721.045	2.547.669	494.598	3.042.267
2005.....	364.671	1.288.494	671.307	1.959.801
2006.....	207.103	731.756	173.447	905.203
2007.....	205.724	726.885	68.444	795.329
2008.....	179.829	635.390	37.817	673.207
Após 2008.....	837.207	2.958.102	192.767	3.150.869
	2.515.579	8.888.296	1.638.380	10.526.676

18.4. As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

	No Exercício	
	2002	2001
US\$.....	52,27	18,67
Sw Fr.....	83,01	14,88
EURO.....	79,35	12,05
TR.....	2,80	2,29
IGP - M.....	25,31	10,38

19. VALORES A PAGAR

Credor	Objeto	2002			2001
		Circulante	Longo Prazo	Total	Total
ELETROBRÁS	- Energia de ITAIPU, Própria e Transporte de Potência.....	16.002	150.690	166.692	134.357
FUNDAÇÃO CESP	- Contrato Financeiro	10.251	-	10.251	19.294
		<u>26.253</u>	<u>150.690</u>	<u>176.943</u>	<u>153.651</u>

19.1. ELETROBRÁS

Refere-se a saldo de contrato de refinanciamento do saldo de aquisição de energia, pagável em 168 parcelas mensais desde 15 de junho de 1999, sendo atualizado pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente.

19.2. Fundação CESP

Refere-se a saldo de contrato financeiro firmado em 06 de agosto de 1999, referente a pagamento de benefícios definidos pela Lei nº 4.819/58, o qual vem sendo amortizado em 48 parcelas mensais, corrigidas pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 6% a.a. (Nota 8.2).

Em 2001, o quadro acima incluía 2 (dois) Contratos com a Fundação CESP no valor de R\$ 454.523 e R\$ 1.574, os quais foram reclassificados para a rubrica "Entidade de Previdência a Empregados" (Nota 20), a fim de consolidar, na mesma nota, os contratos com a Fundação CESP que parcialmente cobrem as obrigações com aquela entidade, de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

20. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	2002			2001
	Circulante	Longo Prazo	Total	Total
- Benefício Suplementar				
Proporcional Saldado - BPS:				
Quadro CESP	37.174	517.342	554.516	454.523
Quadro Fundação CESP.....	999	-	999	1.574
- Contrato de Dívida.....	54.481	100.967	155.448	159.076
	<u>92.654</u>	<u>618.309</u>	<u>710.963</u>	<u>615.173</u>

20.1. Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS

Refere-se a saldo de contrato para a cobertura de déficit técnico atuarial existente junto à Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, de parcelamento relativo ao "benefício suplementar proporcional salgado" - BPS. Este saldo vem sendo amortizado em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997, e é atualizado pela variação do custo atuarial (variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.), que em 2002 foi de 30,71% e em 2001, de 17,70%. A Companhia efetuou os ajustes relativos à variação do custo atuarial à data do balanço.

20.2. Contrato de Dívida

Refere-se a saldo de contrato, com início em 30 de dezembro de 1997, para amortização em 96 parcelas mensais corrigidas pela TR e juros de 8% a.a.. A Companhia efetuou os ajustes relativos à variação do custo atuarial (IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.) ao final do exercício.

Nas demonstrações financeiras de 2001, os contratos estavam classificados como Valores a pagar e Empréstimos e financiamentos. Com o advento da Deliberação CVM nº 371/2000, foi feita a consolidação em uma única rubrica.

21. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
CIRCULANTE		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Parcelamento - 1997 e 1998 (1).....	1.357	16.279
- Parcelamento - 1999	-	966
- Parcelamento - 2000 (2).....	84	919
- Quota Mensal.....	3.925	3.548
- Diferença de Quotas - 2001 (3).....	18.693	18.782
- Diferença de Quotas - 2002 (3).....	5.606	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	11.476	7.532
Quota de Consumo de Combustível - CCC.....	1.494	1.258
Taxa de Fiscalização - ANEEL.....	609	527
	<u>43.244</u>	<u>49.811</u>
LONGO PRAZO		
Reserva Global de Reversão - RGR - 1997 e 1998 (1).....	-	1.357
	<u>43.244</u>	<u>51.168</u>

(1) Através do Despacho da ANEEL nº 43, de 1º de fevereiro de 2000, foi fixado o parcelamento em 36 meses.

(2) Através do Despacho da ANEEL nº 124, de 07 de março de 2002, foi fixado o parcelamento em 11 meses.

(3) Diferenças de recolhimentos de 2001 e 2002, cuja forma de pagamento depende de definição pela ANEEL.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária e cível. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Composição:

	2002			2001		
	Valor da Provisão		Depósitos	Valor da Provisão		Depósitos
	No exercício	Acumulada	Judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais
Circulante						
Trabalhistas						
Ações diversas	16.212	29.603	6.858	5.040	13.391	6.373
Ação de periculosidade	-	11.296	-	-	11.296	-
	16.212	40.899	6.858	5.040	24.687	6.373
Cíveis						
Consumidores (Portaria DNAEE 38 e 45/86).....	-	13.239	-	-	13.239	-
Ações diversas	(6.818)	7.547	1.986	7.794	14.365	12.768
	(6.818)	20.786	1.986	7.794	27.604	12.768
Desapropriações e Indenizações						
Ações diversas (Nota 15.3).....	(12.366)	144.005	97.049	(32.784)	156.371	117.739
Tributárias						
COFINS (1).....	(88.581)	-	-	54.161	88.581	-
Ações diversas	4.958	4.958	4.958	-	-	4.902
	(83.623)	4.958	4.958	54.161	88.581	4.902
	(86.595)	210.648	110.851	34.211	297.243	141.782
Exigível a Longo Prazo						
Tributárias						
COFINS (1).....	217.664	217.664	-	-	-	-
TOTAL	131.069	428.312	110.851	34.211	297.243	141.782

- (1) A partir de julho de 1999, a CESP passou a recolher a COFINS sobre o faturamento, à alíquota vigente de 3%, porém continua questionando a constitucionalidade da inclusão na base de cálculo dessa contribuição das receitas financeiras e receitas não operacionais, tendo obtido liminar da 16ª Vara Federal de São Paulo, com sentença favorável ao recolhimento conforme definido pela Lei Complementar 70/91, ou seja, somente sobre o faturamento. A Companhia vem provisionando esses valores (não recolhidos) acrescidos dos encargos moratórios aplicáveis. O saldo relacionado a estes questionamentos passaram a ser apresentados no passivo exigível a longo prazo a partir de 2002.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

23. OUTROS - PASSIVO CIRCULANTE

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Contrato de Pré-venda de Energia Elétrica	18.423	23.277
Fundação CESP.....	12.539	10.527
Outros.....	5.622	4.857
	<u>36.584</u>	<u>38.661</u>

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

O capital social integralizado, no valor de R\$ 2.655.433, está dividido em 48.541.652 mil ações ordinárias e 45.156.610 mil ações preferenciais. O capital social autorizado da CESP é representado por 101.653.775 mil ações, sendo 52.663.113 mil ordinárias e 48.990.662 mil preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2002 são como segue:

	<u>Quantidades de Ações - Em milhares</u>					
	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Secretaria de Estado dos						
Negócios da Fazenda.....	29.377.531	60,52	6.321.277	14,00	35.698.808	38,10
Banco Nossa Caixa S.A.....	5.136.117	10,58	7.686.364	17,02	12.822.481	13,69
Companhia do Metropolitan de						
São Paulo - METRÔ.....	1.323.627	2,73	-	-	1.323.627	1,41
Outros.....	82.933	0,17	-	-	82.933	0,09
	<u>35.920.208</u>	<u>74,00</u>	<u>14.007.641</u>	<u>31,02</u>	<u>49.927.849</u>	<u>53,29</u>
Outros						
Banco do Estado de São Paulo S.A. -						
BANESPA.....	6.123.203	12,61	13.016.825	28,83	19.140.028	20,43
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. -						
ELETROBRÁS.....	37.634	0,08	6.664.527	14,76	6.702.161	7,15
BNDES Part. S.A. BNDESPAR.....	-	-	1.334.858	2,96	1.334.858	1,42
Cypress Corporation.....	707.824	1,46	119.000	0,26	826.824	0,88
Caixa de Previdência dos						
Funcionários do Banco do Brasil.....	296.439	0,61	260.960	0,58	557.399	0,60
The Bank of New York - ADR Dep.....	-	-	261.724	0,58	261.724	0,28
Bradesco Previdência e Seg. S.A.....	186.140	0,38	-	-	186.140	0,20
Unibanco União Bancos Brasileiros.....	170.000	0,35	-	-	170.000	0,18
Inst. Infraero Soc. Infraprev.....	-	-	115.400	0,25	115.400	0,12
Fundação Previdenciária IBM.....	-	-	112.440	0,25	112.440	0,12
Outros.....	5.100.204	10,51	9.263.235	20,51	14.363.439	15,33
	<u>48.541.652</u>	<u>100,00</u>	<u>45.156.610</u>	<u>100,00</u>	<u>93.698.262</u>	<u>100,00</u>

24.2. Reservas

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Reservas de Capital		
Ágio na Subscrição de Ações.....	10.373	10.373
Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio.....	34.297	34.297
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio (a).....	4.937.750	4.937.750
Doações e Subvenções para Investimentos.....	29.106	29.106
Subvenções para Investimentos - CRC.....	429.396	429.396
Incentivos Fiscais - FINAM/FINOR.....	101.197	101.197
	<u>5.542.119</u>	<u>5.542.119</u>
Reservas de Lucros		
Reserva Legal.....	-	198.919
Reservas Estatutárias (b).....	-	231.912
Reserva de Lucros a Realizar (c).....	-	968.608
Reserva Especial de Dividendos - Ações Ordinárias -1999 (d).....	-	137.568
	<u>-</u>	<u>1.537.007</u>

a. Remuneração das Imobilizações em Curso

São créditos resultantes da capitalização da remuneração, calculada até 31 de dezembro de 1998, sobre recursos próprios utilizados durante a construção, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital.

b. Reservas Estatutárias

Constituída de 20% do lucro líquido, deduzido da reserva legal e dos juros sobre o capital próprio, referente aos exercícios de 1997, 1998 e 1999.

c. Reserva de Lucros a Realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária (até 1995). Esta reserva vinha sendo realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de lucros acumulados.

d. Reserva Especial de Dividendos

Em Assembléia Geral Ordinária instalada em 25 de abril de 2000 e concluída em 05 de maio de 2000, foi aprovada a destinação do resultado do exercício de 1999 (ajustado), que compreendeu: **(a)** o pagamento de dividendos para as ações preferenciais em 03 parcelas iguais nos meses de setembro, outubro e novembro de 2000, **(b)** a constituição de Reserva Especial correspondente à parcela de lucros não distribuída sob a forma de dividendos às ações ordinárias, em conformidade com os parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Ainda, com base no disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Instrução CVM nº 59/86, foi aprovada a manutenção do saldo remanescente de lucros na conta de lucros acumulados, em consonância com a necessidade de recursos prevista no Orçamento da Companhia para o exercício de 2000, aprovado na mesma AGO.

Por aprovação das AGO's de 25 de abril de 2001 e 29 de abril de 2002, esta reserva foi mantida, tendo em vista as mesmas justificativas apresentadas na época de sua constituição.

24.3. Proposta de Destinação do Resultado à AGO

A Administração proporá a Assembléia Geral Ordinária - AGO, a absorção de parte do prejuízo do exercício de 2002 (após a realização de reservas de lucros a realizar) com lucros acumulados e reserva de lucros, com base no artigo 189, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76 e da Reserva especial de dividendos, com base no artigo 202, parágrafo 5º, da mesma Lei, como segue:

	<u>2002</u>
Prejuízo do Exercício	(3.417.524)
Realização de Reserva de Lucros a Realizar	<u>63.481</u>
Prejuízo Ajustado	<u>(3.354.043)</u>
Absorção do Prejuízo com:	
Lucros Acumulados.....	161.814
Reserva de Lucros a Realizar.....	905.127
Reserva Especial de Dividendos.....	137.568
Reservas Estatutárias.....	231.912
Reserva Legal.....	<u>198.919</u>
	<u>1.635.340</u>
Saldo Remanescente em Prejuízos Acumulados	<u>(1.718.703)</u>

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de uma série de transações com partes relacionadas, das quais destacamos as principais:

	SECRETARIA DA FAZENDA		BANCO NOSSA CAIXA S.A.		ELETROBRÁS		FUNDAÇÃO CESP	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001
ATIVO								
CIRCULANTE								
Aplicações financeiras	-	-	50.595	-	-	-	-	-
Valores a Receber	97.529	20.661	-	-	-	-	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO								
Valores a Receber	562.994	497.300	-	-	-	-	-	-
	<u>660.523</u>	<u>517.961</u>	<u>50.595</u>	-	-	-	-	-
PASSIVO								
CIRCULANTE								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	20.665	4.966	-	-
Valores a Pagar	-	-	-	-	16.002	11.769	10.251	11.576
Entidade de Previdência	-	-	-	-	-	-	92.654	70.870
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	93.094	22.457	-	-
Valores a Pagar	-	-	-	-	150.690	122.588	-	7.718
Entidade de Previdência	-	-	-	-	-	-	618.309	544.303
	-	-	-	-	<u>280.451</u>	<u>161.780</u>	<u>721.214</u>	<u>634.467</u>

25.1. Efeito no Resultado

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
RECEITAS FINANCEIRAS		
Aplicações financeiras (Nota 6).....	3.335	-
Valores a Receber (Nota 8).....	166.389	84.764
	<u>169.724</u>	<u>84.764</u>
ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 18).....	(17.649)	(7.696)
Valores a Pagar (Nota 19).....	(45.928)	(25.536)
Entidade de Previdência a Empregados (Nota 20)...	(35.840)	(84.663)
	<u>(99.417)</u>	<u>(117.895)</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Entidade de Previdência a Empregados (Nota 20)...	(151.829)	-
	<u>(81.522)</u>	<u>(33.131)</u>

26. RECEITAS DE VENDA, CUSTO DE COMPRA DE ENERGIA E USO DA REDE ELÉTRICA

26.1. Reajustes Tarifários de Suprimento e Fornecimento de Energia

A CESP em conjunto com às Concessionárias de Distribuição (ELETROPAULO, BANDEIRANTE, CPFL e ELEKTRO) e a ANEEL, procedeu a negociações objetivando a concatenação das datas de reajustes tarifários. Tal processo teve início em maio de 2000, resultando na alteração das datas de reajuste das tarifas de suprimento da CESP.

O reajuste das tarifas de suprimento da CESP em 2001 (processo de concatenação) e 2002, foi dividido nas datas conforme abaixo:

<u>Distribuidoras Supridas</u>	<u>Datas dos Reajustes</u>	<u>Resolução ANEEL Nº</u>	<u>Reajuste</u>
CPFL (concatenação de datas)	08.04.2001	119 de 05.04.2001	8,88%
ELETROPAULO	04.07.2001	252 de 02.07.2001	13,35%
ELEKTRO (concatenação de datas)	07.08.2001	315 de 06.08.2001	13,57%
BANDEIRANTE/PIRATININGA (concatenação de datas)	11.10.2001	417 de 09.10.2001	11,58%
CPFL	08.04.2002	190 de 05.04.2002	8,48%
ELETROPAULO	04.07.2002	371 de 03.07.2002	8,42%
ELEKTRO (nova concatenação)	27.08.2002	449 de 26.08.2002	10,27%
BANDEIRANTE/PIRATININGA (nova concatenação)	23.10.2002	558 de 18.10.2002	13,20%

As tarifas de fornecimento foram reajustadas pela Resolução ANEEL nº 685 de 12 de dezembro de 2002, com vigência a partir de 15 de dezembro de 2002, com índice de 23,10%.

26.2. Energia Vendida

	MWh (Não auditado)		R\$	
	2002	2001	2002	2001
Fornecimento				
Industrial.....	1.879.614	1.860.176	140.892	101.965
Recomposição Tarifária	-	-	(11.997)	17.132
	<u>1.879.614</u>	<u>1.860.176</u>	<u>128.895</u>	<u>119.097</u>
Suprimento				
Contratos				
ELETROPAULO.....	11.434.638	11.593.367	656.267	598.483
BANDEIRANTE.....	2.989.132	5.266.169	173.595	270.302
CPFL.....	6.653.553	6.746.347	370.608	345.000
ELEKTRO.....	5.769.278	5.848.911	281.311	254.874
PIRATININGA.....	2.983.377	789.497	172.557	43.651
Outras.....	1.443.666	1.367.691	82.082	69.928
	<u>31.273.644</u>	<u>31.611.982</u>	<u>1.736.420</u>	<u>1.582.238</u>
Mercado Atacadista de Energia - MAE				
Energia de Curto Prazo - 2000 - reversão parte.....	-	-	(1.698)	(2.933)
Energia de Curto Prazo - 2001 e ajuste.....	-	-	21.555	153.055
Energia de Curto Prazo - 2002.....	-	-	119.713	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>139.570</u>	<u>150.122</u>
Energia de Geradores Livres				
Reversão parte - 2001 / Apropriação.....	-	-	(21.056)	422.707
Apropriação - 2002.....	-	-	40.882	-
Acordo de Reembolso.....	-	-	1.323	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.149</u>	<u>422.707</u>
Total.....	<u>33.153.258</u>	<u>33.472.158</u>	<u>2.026.034</u>	<u>2.274.164</u>

26.3. Energia Comprada e Uso da Rede Elétrica

	MWh (Não auditado)		R\$	
	2002	2001	2002	2001
Revenda				
ITAIPU (1)				
Contrato.....	395.211	396.899	39.558	31.727
Transporte.....	-	-	1.332	1.259
Excedente.....	29.819	20.997	61	22
	<u>425.030</u>	<u>417.896</u>	<u>40.951</u>	<u>33.008</u>
Energia de Curto Prazo (2)				
Contratos Bilaterais.....	-	146.291	-	20.879
Acordo de Recompra.....	-	-	181.197	-
Outras.....	-	58.510	3.245	3.543
	<u>-</u>	<u>204.801</u>	<u>184.442</u>	<u>24.422</u>
Mercado Atacadista de Energia - MAE (3)				
Parcela MAE/ABRAGE - 2001 - apropriação / (reversão).....	-	-	(153.796)	153.796
Energia de Curto Prazo - 2001- apropriação / (reversão).....	-	-	(104.591)	145.170
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(258.387)</u>	<u>298.966</u>
Energia de Geradores Livres (4)				
Apropriação - 2001.....	-	-	-	465.548
Reversão parte - 2001.....	-	-	(11.418)	-
Apropriação - 2002.....	-	-	60.004	-
Acordo de Reembolso.....	-	-	1.323	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>49.909</u>	<u>465.548</u>
Uso da Rede Elétrica (5)				
CTEEP (Conexão).....	-	-	16.461	14.865
Rede Básica.....	-	-	17.509	15.496
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.970</u>	<u>30.361</u>

Os valores de compras e vendas de energia estão vinculados:

(1) ITAIPU

- a) Contrato e transporte: refere-se a quota parte de Itaipu equivalente a 57 MW médios, para atender as pequenas concessionárias de Distribuição.
- b) Energia excedente: energia apurada com base na quantidade efetivamente medida, sendo rateada em função das quotas-partes.

(2) Energia de Curto Prazo

Contratos bilaterais são contratos negociados entre a CESP e agentes do setor, visando reduzir sua exposição negativa.

O valor de R\$ 181.197 refere-se a Acordo de recompra do período de março a dezembro de 2002.

(3) Mercado Atacadista de Energia – MAE

Faturamento e fechamento MAE: incluem valores de 2001 e todo o ano de 2002, e já refletem o reprocessamento do período de setembro de 2000 a setembro de 2002.

(4) Energia de Geradores Livres

Custo adicional incorrido durante o período do racionamento (junho de 2001 a fevereiro de 2002).

(5) Uso da Rede Elétrica

Encargos de conexão e rede básica: valores fixados conforme Resoluções ANEEL nº 358 e 359/02.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS/VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	3.335	41.919
Ganho na compra de moeda estrangeira.....	-	6.705
Atualização de valores a receber (Nota 8).....	166.389	84.764
Atualização depósitos judiciais.....	-	8.256
Acréscimos moratórios em contas de energia.....	1.534	10.310
Juros sobre o capital próprio/dividendos.....	1.347	945
Outras.....	545	1.119
	<u>173.150</u>	<u>154.018</u>
Despesa		
Encargos de Dívidas		
Moeda estrangeira.....	(608.799)	(543.676)
Moeda nacional.....	(66.679)	(55.236)
	<u>(675.478)</u>	<u>(598.912)</u>
Outras		
Encargos s/ tributos e contribuições sociais.....	(64.138)	(32.109)
Contrato ELETROBRÁS	(14.237)	(12.217)
Contrato Fundação CESP	(35.840)	(26.656)
CPMF.....	(13.335)	(15.959)
COFINS s/ receitas financeiras	(75.797)	(45.196)
PIS s/ receitas financeiras	(17.650)	(9.793)
Imposto s/ operações financeiras.....	(6.488)	(8.154)
Outras.....	(3.399)	(3.284)
	<u>(230.884)</u>	<u>(153.368)</u>
	<u>(733.212)</u>	<u>(598.262)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda estrangeira.....	(3.374.698)	(1.054.077)
Moeda nacional.....	(207.232)	(185.994)
	<u>(3.581.930)</u>	<u>(1.240.071)</u>

28. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Contribuições ao Instituto Criança Cidadã - ICC.....	(6.300)	(4.746)
Indenizações pagas.....	(24.684)	(9.046)
Reversão de Provisões - REFIS (nota 17).....	30.358	-
Outras receitas/(despesas).....	(9.632)	6.449
	<u>(10.258)</u>	<u>(7.343)</u>

29. PLANOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO AOS EMPREGADOS

Através da Fundação CESP são mantidos planos de complementação e suplementação de aposentadorias e pensão aos empregados da CESP.

29.1. Plano "B" e "B1" - Suplementação de Aposentadorias

É regido pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977. A entidade patrocinadora é a própria CESP que proporciona benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, utilizando o regime financeiro de capitalização. O valor presente dos benefícios a serem pagos, menos o valor presente das contribuições futuras, determinam as necessidades de reservas.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997 objetivando equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em decorrência do saldamento do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS (Plano B) existente junto à Fundação CESP (Nota 20), foi criado o Plano B1 de benefícios, que substituiu o Plano B. Este plano entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998.

O custeio desse plano ocorre por contribuições paritárias entre a empresa e os empregados. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por consultores atuariais independentes.

A contribuição da patrocinadora no ano de 2002 foi de 9,53% (8,08% em 2001) sobre os salários reais de contribuição.

Os benefícios do Plano B anterior se mantêm idênticos para os participantes assistidos. No caso dos participantes não assistidos, as reservas correspondentes aos mesmos foram salgadas pela patrocinadora em 31 de dezembro de 1997 e os benefícios serão pagos aos participantes, também na forma de renda vitalícia, quando do início do prazo de suas aposentadorias. O saldo do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS será corrigido até a data do início dos pagamentos dos benefícios pelo IGP-DI publicado pela Fundação Getúlio Vargas e quando do início da concessão dos benefícios de acordo com o mesmo índice, nas mesmas datas em que forem reajustados os benefícios da Previdência Social.

Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece a seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica, os quais também são administrados pela Fundação CESP.

29.2. Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão

A Companhia adotava por prática contábil, até 31 de dezembro de 2000, contabilizar em suas demonstrações financeiras os compromissos relacionados aos déficits atuariais verificados nos planos de aposentadoria e pensão de seus funcionários. Com o advento da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, optou-se por registrar o ajuste dos passivos referentes a esses planos diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2001, cujo efeito foi um crédito no valor de R\$ 17.051.

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado, estando os ativos dos planos posicionados em 31 de dezembro de 2002.

Demonstramos a seguir a situação dos Planos da Companhia em 31 de dezembro de 2002, no que se refere aos riscos de morte e invalidez dos participantes, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

a) Conciliação dos ativos e passivos

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Valor justo dos ativos.....	1.301.270	998.358
Total do passivo atuarial	2.006.900	1.646.407
Ganhos a serem reconhecidos em exercícios futuros.....	66.984	-
Superávit técnico atuarial reconhecido.....	-	17.051
Passivo líquido reconhecido no balanço	<u>638.646</u>	<u>630.998</u>

b) Despesa reconhecida na demonstração do resultado

	<u>2002</u>
Custo do serviço corrente.....	3.182
Custo dos juros.....	479.858
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(329.218)
Contribuições de empregados.....	(1.993)
	<u>151.829</u>

c) Movimentação do passivo atuarial

	<u>2002</u>
Valor presente da obrigação atuarial total líquida (31/12/2001)	1.646.407
Custo dos serviços correntes.....	3.182
Custo dos juros.....	255.852
Perda atuarial.....	224.006
Benefícios pagos.....	(122.642)
Transferência de Contrib.Definida a Benefício Definido (CD a BD).....	95
Valor presente da obrigação atuarial total líquida (31/12/2002)	<u>2.006.900</u>

d) Movimentação do ativo do plano

	<u>2002</u>
Valor justo do ativo do plano (31/12/2001)	998.358
Contribuição do empregador.....	94.248
Contribuições dos empregados.....	1.993
Retorno ocorrido dos investimentos.....	329.218
Benefícios pagos.....	(122.642)
Transferência de CD a BD.....	95
Valor justo do ativo do plano (31/12/2002)	<u>1.301.270</u>

e) Despesa prevista para 2003

	<u>2003</u>
Custo do serviço.....	3.142
Custo dos juros.....	277.062
Rendimento esperado dos ativos.....	(202.217)
Contribuição esperada dos empregados.....	(1.963)
Total	<u>76.024</u>

f) Premissas atuariais

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial.....	15,54%	15,54%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	15,54%	15,54%
Taxa de crescimento salarial futuro.....	12,27%	12,27%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada.....	9,00%	9,00%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo.....	0,955	0,955
Taxa de rotatividade.....	2,00%	2,29%
Tábua de mortalidade.....	AT-49	AT-49
Tábua de mortalidade de inválidos.....	IAPB-55	IAPB-55
Tábua de entrada em invalidez.....	LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de ativos.....	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos.....	1.367	1.439
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez.....	4.054	4.041
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez.....	203	214
Nº de participantes inativos - pensionistas.....	514	484

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando os termos da Instrução CVM 235/95, a Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter efeito material nos valores de realização estimados.

30.1. Considerações sobre Riscos

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap" com a finalidade de proteger-se de referido risco, em função dos montantes, custos envolvidos e oportunidades. No entanto, quando possível, efetua a compra de câmbio antecipada e realiza operações de captação de recursos em reais, como forma de proteção cambial. Da mesma forma, as tarifas estipuladas e autorizadas pelo Poder Concedente não contemplam qualquer proteção para referidos riscos.

Em 31 de dezembro de 2002, significativa parte da dívida financeira da Companhia estava atrelada ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras, no valor total de R\$ 9.640.928 (Nota 18).

b. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no exterior. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2002, a Companhia possuía R\$ 5.991.007 em empréstimos e financiamentos, captados a taxas variáveis de juros (Libor).

c. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista o concentrado número de seus clientes, garantias contratuais e serem concessionárias para prestação de serviços públicos de distribuição de energia e não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis.

d. Risco Hidrológico

Quatro das principais usinas hidrelétricas da CESP, que representam 99% da energia assegurada para venda, concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região noroeste do Estado de São Paulo. Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto o reservatório de Jupia e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada excelente, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da Usina de Jupia.

A Companhia construiu um canal - Canal de Pereira Barreto - de cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. Outro fator positivo é que suas usinas se situam a jusante (rio abaixo), em seqüência a inúmeros outros aproveitamentos energéticos existentes a montante, de modo que se beneficia de estar praticamente no fim da cascata, tendo a usina de Itaipu a jusante de suas usinas.

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Situações de seca, como as enfrentadas de 1997 a 2001, só encontram paralelo no quinquênio 1952-1956. Em situações críticas como essa, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. O MRE é um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema, são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R\$ 4,00 por MWh.

30.2. Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2002 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- a. **Disponibilidades** - Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.
- b. **Valores a receber e a pagar de energia** - Estes créditos e débitos decorrem basicamente de transações realizadas no âmbito do MAE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseado nos preços vigentes durante o ano no MAE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data do balanço.
- c. **Investimentos** - Aqueles relacionados a ações de companhias abertas estão registrados ao custo de aquisição; no caso do custo de aquisição ser superior ao valor de transações dessas ações em bolsa, foi feita provisão para sua redução a valor de mercado. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.
- d. **Debêntures** - A Companhia já liquidou sete das nove emissões de debêntures que realizou. Estes títulos são negociados no mercado de balcão. Estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na Nota 18.
- e. **Certificados a Termo de Energia Elétrica - CTEE's** - São títulos lançados pela CESP e se caracterizam por ter, na data da emissão, o valor unitário de 1 megawatt/hora da tarifa de fornecimento classe B-3 de uma Distribuidora de energia elétrica. A tarifa da classe B-3 é aplicável aos Consumidores Cativos e é regulada pela ANEEL para cada empresa detentora da rede de distribuição, que estão sujeitas ao controle e à fiscalização do Poder Concedente.

Os CTEE's são negociados em mercado de balcão e oferecem duas alternativas de resgate financeiro, prevalecendo a maior entre: (1) a remuneração pelo índice financeiro definido (Nota 18), e (2) a variação da tarifa B-3. Permite ainda o resgate físico, quando utilizado para pagamento de faturas de energia elétrica junto à Distribuidora, que por sua vez os utiliza para pagar sua fatura junto à CESP.

A Companhia já liquidou 4 das 8 emissões que realizou, nunca tendo ocorrido resgate físico.

A Companhia não mantinha transações com instrumentos financeiros derivativos à data de suas demonstrações financeiras.

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Valores em milhares de reais)

	2002	2001
Caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício.....	(3.417.524)	(813.319)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa proveniente das operações:		
Depreciação.....	437.667	408.298
Variação monetária e cambial de itens de longo prazo	3.173.514	970.103
Provisão p/ desvalorização de participação societária a mercado.....	1.794	-
Baixas de investimentos por alienação.....	740	14.207
Baixas do ativo imobilizado	7.537	12.632
Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos.....	-	(417.584)
Redução de tributos e contribuições sociais de longo prazo - REFIS.....	(30.358)	-
Provisão para contingências COFINS.....	129.083	
Outras.....	1.737	3.718
(Reversão)/provisão para devedores duvidosos.....	(6.596)	18.401
(Aumento)/diminuição em contas a receber de consumidores e revendedores.....	127.622	(150.470)
(Aumento)/diminuição em valores a receber - energia.....	(4.548)	(614.265)
(Aumento)/diminuição em valores a receber	2.203	148.281
(Aumento)/diminuição em tributos e contribuições compensáveis.....	28.954	58.887
(Aumento)/diminuição em cauções e depósitos vinculados.....	10.241	(6.663)
(Aumento)/diminuição em almoxarifado.....	(236)	(789)
(Aumento)/diminuição em outros créditos.....	8.658	19.385
(Aumento)/diminuição em despesas antecipadas.....	(21.203)	(5.988)
Aumento/(diminuição) em contas a pagar de fornecedores.....	(21.044)	(68.417)
Aumento/(diminuição) em contas a pagar de fornecedores de energia elétrica.....	(21.299)	(8.573)
Aumento/(diminuição) em tributos e contribuições sociais e REFIS.....	(42.203)	16.203
Aumento/(diminuição) em valores a pagar - energia.....	(351.527)	764.514
Aumento/(diminuição) em valores a pagar.....	(6.441)	(39.538)
Aumento/(diminuição) em taxas regulamentares.....	(7.924)	(6.731)
Aumento/(diminuição) em provisão para contingências.....	1.997	34.211
Aumento/(diminuição) em contas a pagar de outros passivos.....	(34.326)	(67.051)
	<u>(33.482)</u>	<u>269.452</u>
Caixa utilizado nas atividades de investimentos:		
Aplicações no imobilizado.....	(512.052)	(606.227)
Encargos financeiros e efeitos inflacionários alocados ao imobilizado.....	(28.325)	(35.668)
	<u>(540.377)</u>	<u>(641.895)</u>
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos e encargos da dívida.....	3.031.710	2.307.740
Amortização de empréstimos e financiamentos.....	(2.329.568)	(2.413.209)
	<u>702.142</u>	<u>(105.469)</u>
Aumento (Diminuição) no caixa e equivalentes a caixa.....	128.283	(477.912)
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício.....	<u>7.630</u>	<u>485.542</u>
Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício.....	<u><u>135.913</u></u>	<u><u>7.630</u></u>

ANEXO II

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
(Valores em milhares de reais)

	2002	2001
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas operacionais.....	2.005.190	1.851.822
Energia de geradores livres e acordo de reembolso.....	21.149	422.707
Reversão/(provisão) para créditos de liquidação duvidosa.....	6.596	(18.401)
Resultado não operacional (exceto COFINS e PIS).....	(9.422)	(7.066)
	<u>2.023.513</u>	<u>2.249.062</u>
Menos:		
Insumos		
Energia de geradores livres e acordo de reembolso.....	49.909	465.548
Energia comprada para revenda/energia de curto prazo.....	225.393	57.430
Energia de curto prazo - apropriação/(reversão).....	(258.387)	298.966
Encargos de uso da rede elétrica.....	33.970	30.361
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	73.192	51.556
Serviços de terceiros.....	40.408	41.333
Materiais.....	9.204	6.789
Outros custos operacionais.....	93.529	17.356
	<u>267.218</u>	<u>969.339</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	<u>1.756.295</u>	<u>1.279.723</u>
Retenções		
Depreciação	437.667	408.298
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO.....	<u>1.318.628</u>	<u>871.425</u>
TRANSFERÊNCIAS		
Receitas financeiras	173.150	154.018
Contribuição social e imposto de renda diferidos.....	-	417.584
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....	<u>1.491.778</u>	<u>1.443.027</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho.....	73.743	68.138
Entidade de previdência a empregados.....	151.829	-
Impostos, taxas e contribuições (COFINS/PIS/ICMS/INSS).....	209.953	174.966
Juros e encargos de dívidas.....	812.915	697.291
Variações monetárias e cambiais líquidas.....	3.581.930	1.240.071
Arrendamentos e aluguéis.....	8.038	7.158
Intrasetoriais - RGR/CCC.....	70.894	68.722
	<u>4.909.302</u>	<u>2.256.346</u>
Prejuízo do exercício.....	(3.417.524)	(813.319)
TOTAL.....	<u>1.491.778</u>	<u>1.443.027</u>

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

ANEXO III

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE**
(Valores em milhares de reais)

	<u>2002</u>	<u>2001</u> (Não auditado)
ATIVO		
CIRCULANTE		
Disponibilidades.....	85.318	9.561
Aplicações financeiras.....	50.595	-
Consumidores.....	31.859	33.598
Revendedores.....	225.066	448.282
Valores a receber - energia.....	229.811	374.274
Valores a receber	97.529	25.891
Outros créditos.....	38.597	34.671
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(36.104)	(53.508)
Tributos e contribuições compensáveis.....	7.215	44.615
Cauções e depósitos vinculados.....	13.802	30.129
Almoxarifado.....	9.098	11.105
Despesas antecipadas.....	21.866	7.649
	<u>774.652</u>	<u>966.267</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Valores a receber - energia.....	364.656	364.960
Valores a receber.....	562.994	623.173
Tributos e contribuições compensáveis.....	8.136	10.905
Créditos de imposto de renda e c.social diferidos.....	776.420	972.941
Outros créditos.....	53.919	86.901
Despesas antecipadas.....	13.044	9.527
	<u>1.779.169</u>	<u>2.068.407</u>
PERMANENTE		
Investimentos.....	46.113	60.960
Imobilizado		
Em serviço.....	33.062.433	32.244.290
Em curso.....	1.784.915	2.984.888
	<u>34.847.348</u>	<u>35.229.178</u>
	<u>34.893.461</u>	<u>35.290.138</u>
TOTAL	<u>37.447.282</u>	<u>38.324.812</u>

ANEXO III

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE**
(Valores em milhares de reais)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
		(Não auditado)
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores.....	58.488	99.663
Supridores de energia elétrica.....	15.718	46.386
Folha de pagamento.....	1.014	1.088
Obrigações estimadas - Folha de pagamento.....	12.872	14.524
Tributos e contribuições sociais.....	29.362	63.895
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	24.788	22.627
Encargos de dívidas.....	220.988	125.155
Empréstimos e financiamentos.....	1.248.979	1.145.861
Valores a pagar - energia.....	398.474	939.340
Valores a pagar.....	26.253	29.254
Entidade de previdência a empregados.....	92.654	88.808
Taxas regulamentares.....	43.244	62.419
Provisão para contingências.....	210.648	372.479
Juros sobre o capital próprio e Dividendos.....	1.757	2.204
Outros.....	36.584	48.447
	<u>2.421.823</u>	<u>3.062.150</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e financiamentos.....	10.526.676	8.854.117
Valores a pagar - energia.....	14.513	18.681
Valores a pagar.....	150.690	163.288
Entidade de previdência a empregados.....	618.309	682.073
Tributos e contribuições sociais.....	5.708.633	4.353.640
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	218.359	323.532
Provisão para contingências.....	217.664	-
Taxas regulamentares.....	-	1.700
	<u>17.454.844</u>	<u>14.397.031</u>
Outras obrigações - reversão/amortização.....	33.855	33.855
	<u>17.488.699</u>	<u>14.430.886</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	6.031.207	6.031.207
Reservas de capital.....	10.949.515	10.949.515
Reservas de lucros.....	2.588.244	2.697.727
Lucros (prejuízos) acumulados.....	(2.032.206)	1.153.327
	<u>17.536.760</u>	<u>20.831.776</u>
TOTAL	<u>37.447.282</u>	<u>38.324.812</u>

ANEXO III

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE
(Valores em milhares de reais, exceto prejuízo por lote de mil ações)

	<u>2002</u>	<u>2001</u> (Não auditado)
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia.....	125.817	153.366
Suprimento de energia/Energia de curto prazo.....	2.233.044	2.193.723
Energia de geradores livres/Acordo de reembolso.....	27.892	585.949
Outras receitas.....	357	482
	<u>2.387.110</u>	<u>2.933.520</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(64.098)	(74.389)
Encargos de capacidade emergencial.....	(12.097)	-
ICMS s/ fornecimento de energia.....	(30.445)	(28.126)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(72.522)	(89.018)
PIS s/ receitas operacionais.....	(17.480)	(19.288)
	<u>(196.642)</u>	<u>(210.821)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>2.190.468</u>	<u>2.722.699</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal.....	(101.602)	(109.141)
Entidade de Previdência a Empregados.....	(55.533)	-
Material.....	(13.420)	(9.935)
Serviços de terceiros.....	(48.278)	(53.191)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(87.173)	(68.769)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC.....	(19.902)	(16.073)
Energia comprada para revenda.....	(76.468)	(40.426)
Energia de curto prazo.....	(211.811)	(30.604)
Energia de curto prazo - MAE - reversão/(apropriação).....	299.953	(375.469)
Energia de geradores livres/Acordo de reembolso.....	(61.942)	(584.678)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(38.107)	(40.246)
Depreciação.....	(860.430)	(815.261)
Outras despesas.....	(95.066)	(65.483)
	<u>(1.369.779)</u>	<u>(2.209.275)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO.....	<u>820.689</u>	<u>513.424</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		
Receitas.....	77.833	102.240
Despesas		
Encargos de dívidas.....	(810.267)	(794.631)
Outras.....	(105.259)	(107.882)
Perda (Ganho) nos itens financeiros/cambiais.....	(905.996)	(351.982)
	<u>(1.821.522)</u>	<u>(1.254.494)</u>
	<u>(1.743.689)</u>	<u>(1.152.255)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL.....	<u>(923.000)</u>	<u>(638.831)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	<u>(39.831)</u>	<u>(231.149)</u>
PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA.....	<u>(962.831)</u>	<u>(869.980)</u>
Contribuição social diferida (realização).....	(263.037)	62.557
Imposto de renda diferido (realização).....	(575.698)	232.080
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO.....	<u>(1.801.566)</u>	<u>(575.343)</u>
Prejuízo por lote de mil ações - R\$.....	<u>(19,23)</u>	<u>(6,14)</u>

ANEXO III

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Valores em milhares de reais, expressos em moeda de dezembro de 2002)

1. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Além das práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, anteriormente descritas, as seguintes práticas foram adotadas na preparação das demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante:

- 1.1. Atualizações monetárias - as atualizações monetárias foram procedidas com base na variação dos Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M;
- 1.2. Perdas/ganhos nos itens monetários - na apuração das perdas e ganhos nos itens monetários optou-se pela utilização do critério misto. As receitas e despesas refletem valores nominais, corrigidos monetariamente até a data do balanço, ajustados pelas perdas e ganhos com ativos e passivos correspondentes. As perdas e os ganhos sem vinculação específica estão alocados em Outras Despesas Operacionais;
- 1.3. Balanço patrimonial - o ativo permanente, as outras obrigações - reversão/amortização e o patrimônio líquido foram atualizados de acordo com o critério descrito no item 1.1 acima. As demais contas do balanço patrimonial foram mantidas pelos seus montantes originais, por estarem de acordo com o poder aquisitivo da moeda em 31 de dezembro de 2002. O saldo da conta "almoxarifado" não foi atualizado monetariamente, e os saldos de contas a receber e a pagar pré-fixados não foram ajustados a valor presente, tendo em vista a imaterialidade do efeito líquido desses procedimentos;
- 1.4. Demonstração do resultado - seus componentes estão atualizados para a moeda de poder aquisitivo de 31 de dezembro de 2002;
- 1.5. Provisão para imposto de renda e contribuição social - os efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre os acréscimos patrimoniais encontram-se refletidos nas demonstrações financeiras. Os créditos fiscais relacionados aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, disponíveis para compensação com lucros tributáveis futuros, estão reconhecidos nas demonstrações financeiras, em moeda de poder aquisitivo constante;
- 1.6. Demonstrações financeiras e notas explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001 - os saldos e informações referentes a 2001 foram atualizados para moeda de poder aquisitivo de 31 de dezembro de 2002, de acordo com o critério descrito no item 1.1 acima.

2. CONCILIAÇÃO DOS SALDOS PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA E EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE

	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO	
	2002	2001 (Não auditado)	2002	2001 (Não auditado)
Pela legislação societária.....	6.478.849	9.896.373	(3.417.524)	(813.319)
Atualização para moeda de 31 de dezembro de 2002...	-	2.504.892	-	(205.861)
	6.478.849	12.401.265	(3.417.524)	(1.019.180)
Correção monetária:				
Investimentos.....	-	-	-	(183.375)
Imobilizado.....	16.776.238	12.784.425	6.574.097	2.933.750
Outras obrigações - reversão/amortização.....	(18.374)	(14.456)	(6.838)	(3.179)
Patrimônio líquido.....	-	-	(4.112.566)	(2.074.717)
Imposto de renda e c.social s/ efeitos inflacionários.....	(5.699.953)	(4.339.458)	(838.735)	(228.642)
Em moeda de poder aquisitivo constante.....	17.536.760	20.831.776	(1.801.566)	(575.343)

3. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

3.1. Composição

	2002	2001 (Não auditado)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro inflacionário:		
- Diferido à alíquota de 6%.....	8.680	14.182
- Sobre os efeitos de correção monetária do ativo permanente e outras obrigações - reversão/amortização....	5.699.953	4.339.458
	5.708.633	4.353.640

3.2. Créditos de imposto de renda e contribuição social

A Companhia dispõe de saldo de prejuízos fiscais no montante de R\$ 1.480.030 e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 430.915, disponíveis para compensação com lucros tributários futuros, respeitada a limitação de 30% na sua compensação. Os créditos fiscais relacionados aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como decorrentes de diferenças intertemporais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante pelo valor de R\$ 776.420, que deverá ser realizado em um período de até 10 anos como determina a Instrução CVM nº 371/02.

GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO
PRESIDENTE

VICENTE KAZUHIRO OKAZAKI
DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CARLOS EDUARDO EPAMINONDAS FRANÇA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ROBERTO ARECO GOMES
DIRETOR DE GERAÇÃO OESTE

ANTONIO BOLOGNESI
DIRETOR DE GERAÇÃO LESTE

IRAMIR BARBA PACHECO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO,
ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

IVO ANTONIO FUCHS
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONTADOR - CRC 1PR028765/T-0-SP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE

VICE-PRESIDENTE

RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA

CONSELHEIROS

ANTONIO MARDEVÂNIO GONÇALVES DA ROCHA

CARLOS PEDRO JENS

CLAUDIA MARIA COSTIN

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

FERNANDO CARVALHO BRAGA

FERNANDO MAIDA DALL'ACQUA

GUSTAVO DE SÁ E SILVA

GUSTAVO ADOLFO FUNCIA MURGEL

LUIZ DE FREITAS BUENO

MIGUEL CARLOS FONTOURA DA SILVA KOZMA

MIGUEL JOÃO JORGE FILHO

NELSON VIEIRA BARREIRA

NORBERTO DE FRANCO MEDEIROS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os itens I, II e VII do artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2002, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento no exame realizado e no Parecer dos Auditores Independentes, este conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 10 de março de 2003

FERNANDO JANOTTI MOREIRA

JOSÉ ANTONIO XAVIER

PEDRO DE CARVALHO

REGINALDO ANTONIO RIBEIRO

RAIMUNDO FRANCISCO ALENCAR DE MELO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
CESP - Companhia Energética de São Paulo
São Paulo – SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da CESP - Companhia Energética de São Paulo, levantado em 31 de dezembro de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP – Companhia Energética de São Paulo em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As informações suplementares contidas nos Anexos I, II e III, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo (2) e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. Em 31 de dezembro de 2002, a Companhia apresentava um endividamento total de R\$ 11.996.643 mil, dos quais R\$ 9.640.928 mil indexado em moedas estrangeiras. Nesta mesma data o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 1.647.171 mil. Adicionalmente a Companhia apresentou um prejuízo líquido de R\$ 3.417.524 mil no exercício findo naquela data. A Administração da Companhia entende que haverá necessidade de captação de recursos no curto e médio prazos para permitir o refinanciamento de seus passivos e normalidade de suas atividades. Os planos da Administração para equacionamento da situação patrimonial e financeira da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 2.

6. Conforme detalhado na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2002, a Companhia tem registrado, no ativo circulante, valores a receber no montante de R\$ 229.811 mil e, no passivo circulante, valores a pagar no montante de R\$ 398.474 mil, relativos a transações de venda e compra de energia realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. Esses valores podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor.

A liquidação financeira dos valores referentes a setembro de 2000 a setembro de 2002 ocorreu parcialmente em 30 de dezembro de 2002, e encontra-se refletida nas demonstrações financeiras. Nos termos das Resoluções da ANEEL nº 552, de 14 de outubro de 2002, e nº 635, de 21 de novembro de 2002, a liquidação final está condicionada à confirmação dos números pelo MAE, após auditoria a ser realizada. O sucesso dessa negociação e liquidação depende da capacidade financeira das empresas do setor em honrar seus compromissos

7. Em 21 de dezembro de 2001, foi editada a Medida Provisória nº 14, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, disciplinando, entre outros assuntos, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, garantido nos contratos de concessão. As informações detalhadas e os impactos sobre a situação patrimonial e financeira e no resultado das operações relativos ao Acordo Geral do Setor Elétrico estão divulgados na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras.
8. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, bem como as informações suplementares contidas nos Anexos I e II, preparadas para o exercício findo naquela data, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer de auditoria, em 25 de março de 2002, sem ressalvas e contendo parágrafo de ênfase relacionado ao fato de que (i) a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2001 ativos e passivos relacionados à comercialização de energia livre, com base em dados preliminares fornecidos pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE; e (ii) adicionalmente, registrou contas a receber relacionadas à recomposição tarifária para o período de racionamento, bem como diferimento relativo à variação de valores da Parcela "A" (CVA) decorrentes da aplicação da Medida Provisória nº 14, Resolução nº 90 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE. Informações sobre a realização desses ativos e liquidação dos passivos após 31 de dezembro de 2001 estão detalhadas na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras.

São Paulo, 10 de março de 2003

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Maurício Pires de Andrade Resende
Contador
CRC nº 1 MG 049699/S-9